13/novembro/2017

À: Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR
At.: Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório de Revisão do Auditor Independente referente ao período findo em 30 de setembro de 2017 - REL/2017

Prezados Senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S.as o Relatório de Revisão do Auditor Independente acompanhado das Informações Contábeis Intermediárias referente ao período findo em 30 de setembro de 2017.

Atenciosamente,

Ana Cristina Linhares Areosa
Sócia

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR

Relatório de Revisão do Auditor Independente acompanhado das Informações Contábeis Intermediárias

Em 30 de setembro de 2017

Índice

	Página
Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Informações Contábeis Intermediárias	3
Informações Contábeis Intermediárias	7
Notas explicativas da Administração às Informações Contábeis Intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2017	14

Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar
Rio de Janeiro - RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar ("Companhia")**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - *Interim Financial Reporting"*, emitida pelo *"International Accounting Standards Board* (IASB)*"*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity"*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos

permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

Continuidade operacional da Companhia

Chamamos a atenção para as Notas explicativas nº 1a, 13 e 14 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia apresenta, no consolidado, passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R$3.744.017 mil, causados, principalmente, pelo registro no passivo circulante consolidado de empréstimos, debêntures e passivo da concessão de serviço público no montante de R$4.125.227 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito nas Notas explicativas nº. 1a, 13 e 14 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a este assunto.

Investigações do Ministério Público envolvendo a Companhia, acionistas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.b às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, que inclui informações referentes à fatos sob investigação envolvendo a Companhia, acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito das operações "Lava Jato" e "Greenfield". O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia ainda é indeterminado. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a este assunto.

Procedimento arbitral em controlada

Chamamos a atenção para a Notas explicativas nºs. 7 e 25 às informações contábeis intermediárias, que inclui informações referentes ao recebimento pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART (controlada da Companhia), em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Tanto a CART quanto a OAS indicaram os árbitros que integrarão o Corpo de Árbitros e, após realizadas as etapas regulamentares, tiveram suas indicações confirmadas. Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS S.A. (em recuperação judicial), dando continuidade ao processo arbitral, firmaram Termo de Arbitragem para instauração do procedimento arbitral. Até a data de autorização para emissão destas informações contábeis intermediárias não foram apresentadas as alegações iniciais pela requerente (OAS). Dessa forma, até o momento, os advogados da CART não têm condições de realizar uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da requerente, procedimento este, que somente poderá ser efetuado com as evidências apresentadas pelo requerente durante o curso da arbitragem. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a este assunto.

Descontinuidade da Concessão de controlada através de relicitação do contrato de concessão

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.a, onde a Administração da Companhia informa que a controlada Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040 protocolou junto a ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre (Poder concedente) o pedido de adesão ao processo de relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG, em conformidade com a Lei nº. 13.448 em 5 de junho de 2017, visando a devolução da concessão. Até a data da divulgação dessas informações contábeis trimestrais, não houve manifestação do Poder concedente quanto a aceitação do pedido protocolado pela controlada, e, consequentemente, ainda não estão definidas as regras para a realização da relicitação, em particular, a definição da metodologia de indenização dos bens reversíveis. Dessa forma, conforme mencionado na Nota explicativa nº. 11, a Administração da controlada adotou, para mensuração dos seus ativos e passivo o critério de continuidade das operações e efetuou o teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a relicitação do Contrato de Concessão dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei nº. 13.448 em 5 de junho de 2017. Tal premissa tem como entendimento, entre outros, a recuperabilidade dos montantes investidos pela Concessionária até o momento da referida relicitação. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a este assunto.

Reapresentação de informações contábeis intermediárias correspondentes

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 24 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em decorrência do registro de certos ativos como "disponível para venda e operação descontinuada", a Companhia ajustou e está reapresentando as demonstrações individual e consolidada do resultado correspondente para fins de comparação, de acordo com CPC 23 – "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro" e a IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 novembro de 2017.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" – RJ

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	140	7.391	73.024	196.372
Aplicações financeiras	4	149.346	458.551	497.576	566.198
Contas a receber	5	-	-	309.106	302.784
Estoques		-	-	79.350	58.289
Tributos a recuperar	6.a	9.669	9.472	74.510	86.832
Adiantamentos		2.498	92	55.387	39.539
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	10.010	9.335	-	-
Partes relacionadas	7	38.259	16.421	26	1.495
Outros		501	3.083	3.833	20.874
Total do ativo circulante		210.423	504.345	1.092.812	1.272.383
Ativos referentes a operação descontinuada	8 e 25	790	1.811	3.052	8.698
TOTAL		211.213	506.156	1.095.864	1.281.081
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	136.841	126.741
Contas a receber	5	-	-	37.494	47.773
Tributos a recuperar	6.a	-	-	422.811	450.176
Impostos diferidos ativos	6.b	-	-	197.407	191.949
Partes relacionadas	7	240.383	134.803	146.961	97.160
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	11.075	11.075	-	-
Depósitos judiciais	15	200	200	83.561	75.344
Outros		-	322	17.217	17.271
Investimentos	8	3.486.608	3.293.762	374.171	384.062
Imobilizado	10	1.309	1.651	1.144.763	1.127.298
Intangível	11	22.637	22.610	21.544.930	21.783.029
Total do ativo não circulante		3.762.212	3.464.423	24.106.156	24.300.803
TOTAL DO ATIVO		3.973.425	3.970.579	25.202.020	25.581.884

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

(continua)

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	2.771	4.341	264.557	254.776
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	1.526.269	1.337.684
Debêntures	13	-	-	458.003	231.789
Tributos a recolher	6.c	1.429	1.240	68.294	73.679
Obrigações com empregados e administradores		22.531	17.126	118.573	114.367
Concessão de serviço público	14	-	-	2.140.955	1.251.796
Adiantamentos de clientes		-	-	88.523	150.068
Provisão para manutenção		-	-	2.117	1.194
Partes relacionadas	7	-	1.568	-	8.666
Instrumentos financeiros derivativos	21.e	-	-	28.822	42.071
Receita diferida		-	-	24.251	19.927
Outros		-	-	116.465	140.754
Total do passivo circulante		26.731	24.275	4.836.829	3.626.771
Passivos referentes a operação descontinuada	8 e 24	-	-	2.262	6.887
TOTAL		26.731	24.275	4.839.091	3.633.658
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	12	-	-	5.590	5.785
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	3.628.651	3.916.928
Debêntures	13	433.465	390.960	2.815.038	3.067.946
Tributos a recolher	6.c	-	-	11.422	13.068
Impostos diferidos passivos	6.b	-	-	178.210	219.591
Concessão de serviço público	14	-	-	11.278.605	11.799.185
Provisão para riscos processuais	15	19	-	47.681	38.599
Dividendos	7	22.842	22.842	24.073	24.073
Receita diferida		-	-	197.918	203.869
Provisão para manutenção		-	-	93.231	76.641
Provisão para passivo descoberto	8	593.043	396.302	-	-
Outros		-	-	21.970	3.286
Total do passivo não circulante		1.049.369	810.104	18.302.389	19.368.971
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	16.a	3.867.919	3.351.958	3.867.919	3.351.958
Reserva de capital		-	515.961	-	515.961
Prejuízos acumulados		(970.594)	(731.719)	(970.594)	(731.719)
		2.897.325	3.136.200	2.897.325	3.136.200
Participação dos não controladores		-	-	(836.785)	(556.945)
Total do patrimônio líquido		2.897.325	3.136.200	2.060.540	2.579.255
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.973.425	3.970.579	25.202.020	25.581.884

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	17	-	-	2.711.379	2.560.556
Receita de construção	17	-	-	255.011	420.861
Custo dos serviços prestados	17	-	-	(1.693.821)	(1.678.710)
Custo de construção	17	-	-	(252.820)	(415.436)
LUCRO BRUTO		-	-	1.019.749	887.271
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	17	(31.415)	(56.668)	(422.421)	(389.239)
Equivalência patrimonial	8	(244.746)	(469.303)	(14.001)	7.743
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		63	-	5.916	452
RESULTADO OPERACIONAL		(276.098)	(525.971)	589.243	506.227
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	18	83.971	87.258	107.579	203.547
Despesas financeiras	18	(45.248)	(344.707)	(1.210.541)	(1.972.543)
Total		38.723	(257.449)	(1.102.962)	(1.768.996)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(237.375)	(783.420)	(513.719)	(1.262.769)
Imposto de renda e contribuição social	6.d	(479)	-	(3.975)	(82.348)
Corrente		(479)	-	(50.814)	(53.825)
Diferido		-	-	46.839	(28.523)
PREJUÍZO DO PERÍODO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		(237.854)	(783.420)	(517.694)	(1.345.117)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(279.840)	(561.697)
Atribuível aos acionistas controladores		(237.854)	(783.420)	(237.854)	(783.420)
Prejuízo líquido do período de operações descontinuadas atribuível aos acionistas controladores	24	(1.021)	(84.766)	(1.021)	(84.766)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(238.875)	(868.186)	(518.715)	(1.429.883)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(279.840)	(561.697)
Atribuível aos acionistas controladores		(238.875)	(868.186)	(238.875)	(868.186)
Prejuízo básico por lote de mil ações continuadas (em reais - R$)	19	(0,554)	(1,825)		
Prejuízo diluído por lote de mil ações continuadas (em reais - R$)	19	(0,557)	(1,830)		
Prejuízo básico por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R$)		(0,002)	(0,198)		
Prejuízo diluído por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R$)		(0,002)	(0,198)		

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016 (Reapresentado)	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	17	-	-	958.252	897.912
Receita de construção	17	-	-	106.761	97.207
Custo dos serviços prestados	17	-	-	(565.412)	(565.220)
Custo de construção	17	-	-	(105.796)	(96.136)
LUCRO BRUTO		-	-	393.805	333.763
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	17	(6.409)	(20.544)	(134.577)	(149.605)
Equivalência patrimonial		(73.929)	(114.346)	(6.621)	(4)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	-	2.613	(85)
Total		(80.338)	(134.890)	255.220	184.069
RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	18	57.072	47.463	26.970	72.603
Despesas financeiras	18	(13.966)	(118.115)	(422.416)	(582.326)
Total		43.106	(70.652)	(395.446)	(509.723)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(37.232)	(205.542)	(140.226)	(325.654)
Imposto de renda e contribuição social	6.d	(479)	-	17.404	(47.774)
Corrente		(479)	-	(17.451)	(22.711)
Diferido		-	-	34.855	(25.063)
PREJUÍZO DO PERÍODO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		(37.711)	(205.542)	(122.822)	(373.428)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(85.111)	(167.886)
Atribuível aos acionistas controladores		(37.711)	(205.542)	(37.711)	(205.542)
Prejuízo líquido do período de operações descontinuadas atribuível aos acionistas controladores	24	7	(61.310)	7	(61.310)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(37.704)	(266.852)	(122.815)	(434.738)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(85.111)	(167.886)
Atribuível aos acionistas controladores		(37.704)	(266.852)	(37.704)	(266.852)
Prejuízo básico por lote de mil ações continuadas (em reais - R$)	19	(0,088)	(0,479)		
Prejuízo diluído por lote de mil ações continuadas (em reais - R$)	19	(0,088)	(0,481)		
Prejuízo básico por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R$)		0,000	(0,143)		
Prejuízo diluído por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R$)		0,000	(0,143)		

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS TRIMESTRES E
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/06/2016
PREJUÍZO DO PERÍODO	(238.875)	(868.186)	(37.704)	(266.852)	(518.715)	(1.429.883)	(122.816)	(434.738)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	(421.101)	-	(51.896)	-	(421.101)	-	(51.896)
Diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras	-	(421.101)	-	(51.896)	-	(421.101)	-	(51.896)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	(238.875)	(1.289.287)	(37.704)	(318.748)	(518.715)	(1.850.984)	(122.816)	(486.634)
Acionistas controladores	(238.875)	(1.289.287)	(37.704)	(318.748)	(238.875)	(1.289.287)	(37.704)	(318.748)
Acionistas não controladores	-	-	-	-	(279.840)	(561.697)	(85.112)	(167.886)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social subscrito	Reserva de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		3.351.958	515.961	743.976	(1.140.852)	3.471.043	(122.407)	3.348.636
Prejuízo do período		-	-	-	(868.186)	(868.186)	(561.697)	(1.429.883)
Adição de minoritários		-	-	-	-	-	113.443	113.443
Ajuste de conversão de moeda		-	-	(421.101)	-	(421.101)	-	(421.101)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016		3.351.958	515.961	322.875	(2.009.038)	2.181.756	(570.661)	1.611.095
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		3.351.958	515.961	-	(731.719)	3.136.200	(556.945)	2.579.255
Prejuízo do período		-	-	-	(238.875)	(238.875)	(279.840)	(518.715)
Capitalização de reserva	16.a	515.961	(515.961)	-	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017		3.867.919	-	-	(970.594)	2.897.325	(836.785)	2.060.540

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)
Receitas	17	-	-	3.536.812	3.450.243
Prestação de serviços		-	-	3.265.498	2.819.085
Receita de construção		-	-	322.098	643.292
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(53.786)	(16.829)
Outras receitas		-	-	3.002	4.695
Insumos adquiridos de terceiros		29.064	17.118	(1.434.961)	(1.438.030)
Custos das mercadorias e serviços vendidos		-	-	(775.545)	(296.494)
Custo de construção	17	-	-	(252.820)	(535.865)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		29.064	17.118	(401.768)	(603.018)
Perda/recuperação de valores ativos		-	-	(4.484)	(1.650)
Outros custos		-	-	(344)	(1.003)
Valor adicionado bruto		29.064	17.118	2.101.851	2.012.213
Retenções		(4.366)	(25.353)	(841.511)	(798.385)
Depreciação e amortização	17	(4.366)	(25.353)	(841.511)	(798.385)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		24.698	(8.235)	1.260.340	1.213.828
Valor adicionado recebido em transferência		(160.775)	(382.045)	93.578	220.252
Resultado de equivalência patrimonial	8	(244.746)	(469.303)	(14.001)	7.743
Receitas financeiras	18	83.971	87.258	107.579	212.509
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir		(136.077)	(390.280)	1.353.918	1.434.080
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir		(1.021)	(84.766)	(1.021)	(84.766)
Total do valor adicionado a distribuir		(137.098)	(475.046)	1.352.897	1.349.314
Distribuição do valor adicionado		(137.098)	(475.046)	1.352.897	1.349.314
Pessoal e encargos		46.075	39.263	419.988	417.908
Remuneração direta		40.258	35.069	307.278	308.812
Benefícios		3.609	2.567	86.602	87.775
FGTS		2.208	1.627	25.127	20.121
Outros		-	-	981	1.200
Impostos, taxas e contribuições		8.168	7.007	168.813	243.462
Federais		8.168	7.007	116.196	189.928
Estaduais		-	-	3.903	3.979
Municipais		-	-	48.714	49.555
Remuneração capital de terceiros		47.534	346.870	1.282.811	2.117.827
Juros		42.371	321.458	1.141.578	1.876.219
Aluguéis		2.285	2.163	5.799	36.062
Outras		2.878	23.249	135.434	205.546
Remuneração de capital próprio		(238.875)	(868.186)	(518.715)	(1.429.883)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(279.840)	(561.697)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores		(238.875)	(868.186)	(238.875)	(868.186)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo antes dos impostos e contribuição		(237.375)	(783.420)	(513.719)	(1.262.769)
Ajustes:					
Depreciação e amortização		4.366	25.353	841.511	798.385
Baixa de imobilizado e intangível		-	-	2.437	5.901
Provisões diversas		19	-	59.036	33.369
Provisão para manutenção		-	-	17.513	-
Equivalência patrimonial	8	244.746	469.303	14.001	(7.743)
Apropriação receita diferida		-	-	(1.627)	32.054
Margem de construção		-	-	(2.191)	(5.425)
Constituição de outorga variável		-	-	147.071	142.244
Ajuste de operações de hedge		-	-	21.567	50.336
Variações monetárias e encargos, líquidos		42.505	238.194	999.360	2.318.698
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	5	-	-	(49.829)	(68.997)
Estoques		-	-	(21.061)	(15.622)
Impostos a recuperar	6	(197)	4.597	39.687	115.951
Depósitos judiciais	15	-	(2)	(8.098)	(3.686)
Adiantamentos		(2.406)	(15)	(77.393)	137.313
Parte relacionada	7	17.975	202.029	89.963	(33.798)
Outros		2.227	38.194	17.095	54.433
(Aumento) redução nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(1.570)	(3.336)	14.462	190.604
Obrigações com empregados e administradores		5.405	1.528	4.206	27.370
Impostos a recolher	6	(290)	(6.465)	(10.659)	(30.479)
Impostos pagos		-	-	(47.186)	(93.762)
Recebimento de dividendos e JCP		67.540	232.425	7.630	(83.789)
Outras obrigações e contas a pagar		-	-	(223.298)	(158.098)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		142.945	418.385	1.320.478	2.142.490
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aporte em controladas, coligadas e controladas em conjunto	8	(311.800)	(449.262)	(15.000)	(45.970)
Mútuo com coligada		(63.315)	(82.413)	(63.315)	(48.231)
Mútuo com controlada		(83.646)	-	(83.646)	-
Aquisição de imobilizado		(37)	(189)	(81.439)	(249.325)
Aquisição de intangível		(603)	(362)	(302.750)	(1.174.618)
Aplicações financeiras	4	309.205	115.795	127.260	151.235
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(150.196)	(416.431)	(418.890)	(1.366.909)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	13	-	-	89.063	1.689.163
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	-	-	(322.294)	(1.165.588)
Juros e remununerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	(493.372)	(520.469)
Concessão/pagamento Outorga		-	-	(298.333)	(786.019)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		-	-	(1.024.936)	(782.913)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(7.251)	1.954	(123.348)	(7.332)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	7.391	86	196.372	212.804
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	140	2.040	73.024	205.472
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(7.251)	1.954	(123.348)	(7.332)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR ("INVEPAR", "Companhia" ou "Controladora"), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de "sociedade por ações". A Companhia possui registro como Companhia Aberta, na categoria "A", junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, notadamente no setor de infraestrutura, como segue:

Empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

Rodovias
- Linha Amarela S.A. - LAMSA
- Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
- Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
- Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN
- Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT
- Concessionária Rota do Atlântico S.A. - CRA
- Línea Amarilla Brasil Participações S.A. - LAMBRA
- Concessionária ViaRio S.A. - VIARIO
- Concessionária BR-040 S.A. - VIA040
- PEX S.A. - PEX *

Mobilidade Urbana
- Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÔRIO
- MetroBarra S.A. - METROBARRA
- Concessionária do VLT Carioca S.A. - VLT

Aeroportos
- Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR
- Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU AIRPORT

Fundo de Investimento
- Fundo de Investimento CAIXA Mover - Fundo Mover

(*) Empresa reportada como ativos e passivos diretamente associados a operações descontinuadas.

A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são denominados "grupo INVEPAR" ou "grupo".

As demonstrações contábeis das controladas, controladas em conjunto CBN, CRA, VIARIO e das coligadas CRT e VLT foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota 8 - Investimentos). Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

Em 30 de setembro de 2017, a INVEPAR apresentou um capital circulante líquido positivo de R$183.692 e negativo de R$3.744.017, na controladora e consolidado, respectivamente (capital circulante líquido positivo de R$480.070 e negativo de R$2.354.388 em 31 de dezembro de 2016, na controladora e consolidado, respectivamente), causado, principalmente, pelo registro no passivo circulante consolidado de empréstimos, debêntures e passivo da concessão de serviço público no montante de R$4.125.227. A Administração da Companhia tem atuado ativamente nas negociações de certas dívidas das controladas, buscando a postergação dos vencimentos e/ou refinanciamentos das mesmas.

A Media Provisória (MP) 752 publicada em 24 de novembro de 2016, convertida na Lei nº 13.448 em 5 de junho de 2017, pelo Governo Federal, estabelece, dentre outras, as diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviários e aeroportuários da administração pública federal. Em 11 de setembro de 2017, a VIA040 protocolou junto a ANTT o pedido de adesão ao processo de relicitação, conforme autorizado, respectivamente, pelo Conselho de Administração da INVEPAR e pelo Conselho de Administração da VIA040 em 8 de setembro de 2017. Até a data de autorização da emissão destas informações contábeis intermediárias o pedido ainda não havia sido homologado pelo Poder Concedente, razão pela qual a controlada continua fazendo parte do Consolidado do grupo INVEPAR.

Até que se defina um novo vencedor do Leilão da relicitação, do qual, conforme prevê a Lei, a VIA040 e seus acionistas não poderão participar, e que este assuma o sistema rodoviário sob concessão, serão mantidos os serviços de operação e manutenção do trecho sob concessão, regulados por um aditivo contratual ainda não firmado entre a ANTT e a VIA040. Após a emissão do acordo entre as partes, a duração das operações da VIA040 estará limitada ao novo prazo de cumprimento das obrigações definidas neste termo. À VIA040 caberá uma indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme prevê a Lei 13.448/17, Lei 8.987/95 (Lei das Concessões) e o Contrato de Concessão.

Em 7 de novembro de 2016, a INVEPAR comunicou ao mercado a descontinuidade operacional de sua controlada PEX S.A e em 10 de dezembro de 2016 as atividades se encerraram.

1.b) Investigações do Ministério Público envolvendo a acionista OAS e controlada GRUPAR.

Como é de conhecimento público, encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas no contexto da “Operação Lava Jato”, que investiga, principalmente, supostas práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo diversas empresas, dentre elas empresas do grupo OAS, acionista que participa do bloco de controle da INVEPAR.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da "Operação Lava Jato" foi realizada na sede da INVEPAR e em sua controlada Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR

ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho/Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da INVEPAR e na sede de GRUPAR, no âmbito da "Operação Greenfield". A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, seu curso normal de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 13 de novembro de 2017, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standandrs Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de "Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016"), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2017.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

2.1. Normas, Alterações e Interpretações de normas

a)Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor: Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas informações contábeis trimestrais. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9/CPC 48 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 15/CPC 47 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11 – CPC 17);

Acceptable Methods of Depreciation and Amortization (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);

Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);

Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

Novas IFRS que ainda não possuem CPC correspondente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b.1) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 com a abordagem de três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

b.2) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

2.2. Reclassificação das demonstrações contábeis

Em 7 novembro de 2016, a Administração comunicou ao mercado que decidiu descontinuar as operações de sua controlada PEX.

Para fins de comparabilidade, a Demonstração do Resultado de 30 de setembro de 2016 está sendo reapresentada na rubrica de operações descontinuadas, conforme demonstrado a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – Controladora

	30/09/2016		
	PUBLICADO	PEX	RECLASSIFICADO
Despesas gerais e administrativas	(56.668)	-	(56.668)
Equivalência patrimonial	(470.533)	1.230	(469.303)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(527.201)	1.230	(525.971)
Receitas financeiras	87.258	-	87.258
Despesas financeiras	(344.707)	-	(344.707)
Prejuízo do período	(784.650)	1.230	(783.420)
Operações descontinuadas	(83.536)	(1.230)	(84.766)
Atribuível aos acionistas controladores	(868.186)	-	(868.186)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – Consolidado

	30/09/2016		
	PUBLICADO	PEX	RECLASSIFICADO
Receita líquida de serviços	2.565.340	(4.784)	2.560.556
Receita de construção	420.861	-	420.861
	2.986.201	(4.784)	2.981.417
Custo de serviços prestados	(1.681.142)	2.432	(1.678.710)
Custo de construção	(415.436)	-	(415.436)
Lucro bruto	889.623	(2.352)	887.271
Despesas gerais e administrativas	(394.358)	5.119	(389.239)
Equivalência patrimonial	7.743	-	7.743
Outras despesas operacionais	2.304	(1.852)	452
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	505.312	915	506.227
Receitas financeiras	203.771	(224)	203.547
Despesas financeiras	(1.973.082)	539	(1.972.543)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.263.999)	1.230	(1.262.769)
Imposto de renda e contribuição social	(82.348)	-	(82.348)
Correntes	(53.825)	-	(53.825)
Diferidos	(28.523)	-	(28.523)
Prejuízo do período	(1.346.347)	1.230	(1.345.117)
Atribuível aos acionistas não controladores	561.697	-	561.697
Operações descontinuadas	(83.536)	(1.230)	(84.766)
Atribuível aos acionistas controladores	(868.186)	-	(868.186)

As reclassificações estão em conformidade com os Pronunciamentos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros e CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	140	7.391	46.096	34.717
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósito Bancário CDB	-	-	26.928	83.146
Operações compromissadas	-	-	-	78.509
Total de caixa e equivalentes de caixa	140	7.391	73.024	196.372

Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. O grupo considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a 3 meses contados das datas das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações varia de 75% a 103% do CDI (97% a 101% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

				Controladora		Consolidado	
	Taxa	Indexador	Vencimento	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras							
Certificados de Depósito Bancário CDB	75% a 102%	CDI	nov/19	13.079	4.985	300.033	104.901
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	93% a 101%	CDI/IPCA/SELIC	ago/18	-	-	91.438	84.752
Outros				-	-	-	1.403
Fundo Mover(a)	100,32%	CDI/SELIC/IPCA	nov/26				
Certificados de Depósito Bancário CDB				42.438	444.254	62.344	449.521
Letras financeiras do tesouro				1.404	6.668	2.064	6.746
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				92.425	2.644	135.906	2.676
Fundo Cambial FIC(b)	99,90%	DÓLAR	set/18				
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				-	-	42.632	42.940
Total de aplicações financeiras				149.346	458.551	634.417	692.939
Circulante				149.346	458.551	497.576	566.198
Não circulante				-	-	136.841	126.741

(a) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da INVEPAR, a CLN, o METRÔRIO, o METROBARRA, VIA040 e a LAMSA.

(b) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido pela controlada METRÔRIO junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento somente por autorização do Agente Financeiro conforme cronograma fisico-financeiro.

As aplicações financeiras não circulantes que somam R$136.841 (R$5.050 para METRÔRIO, R$45.403 para METROBARRA e R$86.388 para GRU AIRPORT), estão vinculadas a processos

judiciais e ao contrato de concessão, conforme descrito abaixo:

METRÔRIO

- R$117 (intermediador Banco Bradesco S.A.) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da controlada METRÔRIO por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e para os contratos de fornecimento de serviço.
- R$4.933 referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis da controlada METRÔRIO.

METROBARRA

- R$45.403 referem-se a aplicações financeiras mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo atrelados aos sistemas de sinalização e piloto automático.

GRU AIRPORT

- R$86.388 referem-se a aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos. Os fundos são remunerados pela taxa média de 104,52% do CDI (98,67% do CDI em 31 de dezembro de 2016) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da conta reserva, cumprir com as obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os bancos Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC, além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Ativo circulante		
Aeronaves e passageiros (a)	110.530	111.095
Armazenagem e capatazia (a)	16.751	16.510
Cessão de espaço (a)	117.260	108.761
Valores a receber de pedágio (b)	52.512	50.674
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (c)	19.870	26.741
Valores a receber de bilhetes (d)	2.851	8.375
Locação de trens (e)	14.386	-
Outros	965	929
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(26.019)	(20.301)
Total	309.106	302.784
Ativo não circulante		
Governo Estadual (f)	15.458	12.008
Cessão de espaço (a)	10.000	22.135
Outros (g)	17.730	17.713
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(5.694)	(4.083)
Total	37.494	47.773

(a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU AIRPORT), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação, armazenagem,

passageiros e receitas não tarifárias como cessão de espaço.

(b) Contas a receber de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas do segmento de rodovias.

(c) Contas a receber decorrentes de contratos com terceiros na cessão de espaço e veiculação de anúncios da controlada METRÔRIO e da VIA040.

(d) Contas a receber com passagens da Fetranspor, integrações, Jogos Olímpicos e Paralímpicos da controlada METRÔRIO.

(e) Contas a receber do METROBARRA com a CRB referente ao contrato de locação de trens e sistemas operacionais.

(f) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela controlada METRÔRIO, referentes a gratuidades estudantil, JMJ, Copa das Confederações e Copa do Mundo. Foram constituídas perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa para todo o saldo em aberto referente aos grandes eventos ocorridos no Rio de Janeiro.

(g) Refere-se a valores a receber de receitas de GRU AIRPORT junto à INFRAERO.

Movimentação nas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	(24.384)	(23.586)
Adições	(13.155)	(34.202)
Baixa	2.025	8.019
Reversões	3.801	25.385
Saldo no fim do período	(31.713)	(24.384)

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Total	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos							
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias	
30 de setembro de 2017	378.313	(31.713)	297.152	11.956	3.341	2.825	746	1.186	3.013	58.094	*
31 de dezembro de 2016	374.941	(24.384)	246.881	57.162	7.564	7.139	1.743	5.395	1.374	47.683	

* Parte do saldo vencido há mais de 180 dias não foi constituído a PECLD, pois se refere basicamente às gratuidades do METRÔRIO e os valores a receber da INFRAERO em GRU AIRPORT, nos montantes de R$9.764 e R$17.730, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Empresas	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	30 de setembro de 2017						
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
METRÔRIO	(12.171)	(25)	(25)	(25)	(75)	(132)	(110)	(11.779)
CART	(1.001)	(382)	(163)	(118)	(120)	(111)	(107)	-
GRU AIRPORT	(18.541)	-	-	-	-	-	(33)	(18.508)
Total	(31.713)	(407)	(188)	(143)	(195)	(243)	(250)	(30.287)

Empresas	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2016						
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
METRÔRIO	(9.424)	(28)	(28)	(26)	(576)	(291)	(324)	(8.151)
CART	(1.608)	(218)	(210)	(223)	(253)	(284)	(237)	(183)
GRU AIRPORT	(13.352)	(33)	(32)	(6)	(40)	(39)	(39)	(13.163)
Total	(24.384)	(279)	(270)	(255)	(869)	(614)	(600)	(21.497)

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social(a)	5.816	-	15.203	11.519
PIS e COFINS(b)	35	-	45.709	43.043
IRRF(c)	3.818	9.472	12.823	29.869
Outros	-	-	775	2.401
Circulante	9.669	9.472	74.510	86.832
Imposto de renda e contribuição social	-	-	47	35
PIS e COFINS(b)	-	-	422.764	450.141
Não circulante	-	-	422.811	450.176

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores.

(b) Os créditos de PIS e COFINS de GRU, METROBARRA e METRÔRIO decorrem, substancialmente, da aquisição de bens e serviços sobre os investimentos conforme previsto pela legislação, sendo representado substancialmente por R$442.274, R$23.741 e R$2.423, respectivamente.

(c) IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)

As controladas CLN, LAMSA, CART, VIA040, METRÔRIO, METROBARRA e GRU AIRPORT fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis e sobre diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores pelas controladas. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e consequentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Natureza	Consolidado 30/09/2017	31/12/2016
Prejuízo fiscal	674.113	674.113
Base negativa da CSLL	242.681	242.681
Excesso amortização outorgas	10.118	9.489
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	12.294	11.323
Participação nos lucros e resultado (PLR)	7.089	7.891
Provisão para riscos	10.458	9.672
Provisão de Manutenção - RTT	16.911	16.911
Provisão de fornecedor	21.572	20.386
Outros	9.829	10.389
Total do ativo fiscal diferido	1.005.065	1.002.855
Amortização de Outorga (*)	(700.401)	(735.014)
Custo de captação (*)	(16.196)	(17.488)
Margem de Construção (*)	(43.725)	(45.727)
Juros capitalizados (**)	(29.611)	(12.873)
AVP - Amortização de outorga	(182.503)	(208.611)
Outros	(13.432)	(10.784)
Total do passivo fiscal diferido	(985.868)	(1.030.497)
Total	19.197	(27.642)
Impostos diferidos – Ativo	197.407	191.949
Impostos diferidos – Passivo	(178.210)	(219.591)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT, até 31/12/2014, constituídos sobre amortização da outorga e margem de construção são amortizados em quotas fixas mensais consolidada, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14 e o custo de captação é realizados conforme o prazo do financiamento e somam o montante de R$4.153.

(**) A partir de 2016, a Companhia optou pela dedutibilidade no momento da incidência, conforme Art. 73 § 3 da Lei 1515.

As holdings INVEPAR, GRUPAR e LAMBRA não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a Administração entende que as projeções de resultado não apresentam base tributável para realização dos respectivos impostos diferidos. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R$473.549, R$4.297 e R$2.829, respectivamente.

As controladas GRU AIRPORT, CART, VIA040 e METROBARRA não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias no montante de R$1.146.279 (a partir de julho de 2014), R$137.024 (a partir de janeiro de 2015), R$26.414 (a partir de janeiro de 2015) e R$64.086 (de outubro de 2015 a junho de 2017), respectivamente.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados:

	Consolidado 30/09/2017
2017	7.412
2018	24.937
2019	3.231
2020	8.165
2021	18.997
2022 a 2024	264.400
2025 a 2026	677.923
Total dos ativos fiscais diferidos	1.005.065
Total dos passivos fiscais diferidos	(985.868)
Total dos impostos diferidos	19.197

c) Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social	-	-	22.912	19.215
PIS e COFINS	1.291	1.010	25.086	25.542
ISS	12	42	14.056	13.229
IRRF e CSRF	60	145	3.721	12.543
INSS sobre terceiros	5	3	2.129	2.773
Outros	61	40	390	377
Circulante	1.429	1.240	68.294	73.679
Imposto de renda e contribuição social	-	-	10.565	12.288
PIS e COFINS	-	-	857	780
Não circulante	-	-	11.422	13.068

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016
		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social das operações continuadas	(237.375)	(783.420)	(37.232)	(205.542)	(513.719)	(1.262.769)	(140.226)	(325.654)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	80.708	266.363	12.659	69.884	174.665	429.341	47.677	110.722
Adições permanentes	(2.462)	(814)	(15)	(735)	(7.949)	(6.207)	(389)	(4.103)
Exclusões permanentes	-	-	-	-	2.155	1.936	672	592
Equivalência patrimonial	(83.214)	(159.563)	(25.136)	(38.878)	(4.761)	2.633	(2.252)	(1)
Efeito IR/CS diferidos não constituídos	4.459	-	4.459	-	4.459	-	4.459	-
IR/CS diferidos não constituídos	-	(105.986)	7.524	(30.271)	(173.232)	(510.652)	(33.344)	(155.732)
Outros	30	-	30	-	688	601	580	748
Total dos impostos no resultado	(479)	-	(479)	-	(3.975)	(82.348)	17.403	(47.774)
Impostos correntes	(479)	-	(479)	-	(50.814)	(53.825)	(17.451)	(22.711)
Impostos diferidos	-	-	-	-	46.839	(28.523)	34.855	(25.063)
	(479)	-	(479)	-	(3.975)	(82.348)	17.404	(47.774)

7. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, estes que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas controladas para o cumprimento de

seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes, conforme praticado no mercado e aprovados pelos órgãos da Administração.

Composição

Controladora

30/09/2017

			Ativo		Passivo		Resultado set/17
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
LAMSA	Nota de Débito(a)	Controlada	6.089	-	-	-	-
GRUPAR	Nota de Débito(a)	Controlada	4.886	-	-	-	-
VIA040	Nota de Débito(a)	Controlada	5.616	61.353	-	-	-
CART	Nota de Débito(a)	Controlada	13.107	-	-	-	-
CLN	Nota de Débito(a)	Controlada	210	-	-	-	-
METRÔRIO	Nota de Débito(a)	Controlada	8.351	-	-	-	-
METROBARRA	Nota de Débito(a)	Controlada	-	32.069	-	-	-
LAMBRA	Debêntures (d)	Controlada	-	-	-	433.465	42.371
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-
LAMSA	Dividendos	Controlada	7.882	-	-	-	-
METRÔRIO	Dividendos	Controlada	3	-	-	-	-
CLN	Dividendos	Controlada	2.125	-	-	-	-
CLN	AFAC(c)	Controlada	-	15.711	-	-	-
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	39.709	-	-	12.209
VLT	Mútuo	Coligada	-	63.315	-	-	5.815
VIARIO	Mútuo	Controlada em conjunto	-	43.937	-	-	6.982
Total			48.269	267.169	-	456.307	67.377

Controladora

31/12/2016

			Ativo		Passivo		Resultado set/16
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
LAMSA	Nota de Débito(a)	Controlada	548	-	-	-	-
VIA040	Nota de Débito(a)	Controlada	-	37.643	-	-	-
CART	Nota de Débito(a)	Controlada	4.409	-	-	-	-
CLN	Nota de Débito(a)	Controlada	181	-	-	-	-
METRÔRIO	Nota de Débito(a)	Controlada	1.435	-	-	-	-
METROBARRA	Nota de Débito(a)	Controlada	9.817	-	-	-	-
LAMBRA	Nota de Débito(a)	Controlada	31	-	1.568	-	-
LAMBRA	Debêntures (d)	Controlada	-	-	-	390.960	-
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-
LAMSA	Dividendos	Controlada	5.972	-	-	-	-
CLN	Dividendos	Controlada	3.363	-	-	-	-
CLN	AFAC(c)	Controlada	-	15.711	-	-	-
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	35.917	-	-	6.958
VLT	Mútuo	Coligada	-	21.226	-	-	355
VIARIO	Mútuo	Controlada em conjunto	-	40.017	-	-	1.527
			25.756	161.589	1.568	413.802	8.840

Consolidado

30/09/2017

			Ativo		Passivo		Resultado set/17
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
ACSA	Nota de Débito/Dividendos	-	-	-	-	1.231	-
PEX(b)	Nota de Débito(a)	Controlada	26	-	-	-	-
VLT	Mútuo	Coligada	-	63.315	-	-	5.815
VIARIO	Mútuo	Controlada em conjunto	-	43.937	-	-	6.982
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	39.709	-	-	12.209
Total			26	146.961	-	24.073	25.006

Consolidado							
31/12/2016							
			Ativo		Passivo		Resultado set/16
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
ACSA	Nota de Débito/Dividendos	-	-	-	8.666	1.231	-
PEX(b)	Nota de Débito(a)	Controlada	1.495	-	-	-	-
LAMBRA	Mútuo	Controlada	-	-	-	-	-
VLT	Mútuo	Coligada	-	21.226	-	-	355
VIARIO	Mútuo	Controlada em conjunto	-	40.017	-	-	1.527
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	35.917	-	-	6.958
Total			1.495	97.160	8.666	24.073	8.840

(a) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Os rateios, geralmente, são liquidados no prazo de um mês, por isso não sofrem a correção de juros.

(b) Controlada classificada como operações descontinuadas.

(c) O AFAC encontra-se no grupo de investimentos da INVEPAR.

(d) Em 29 de dezembro de 2016, a INVEPAR efetuou o resgate antecipado de 168.626 debêntures da sua 3ª emissão de debêntures, com pagamento total de R$2.106.957. O restante da emissão foi adquirido pela LAMBRA no mercado secundário pagando o montante de R$390.960 pelas 31.374 debêntures, de forma que essas debêntures estão mantidas em tesouraria no grupo INVEPAR, não integrando o endividamento consolidado (vide Nota Explicativa nº 13).

CRA

Em 9 de junho de 2015 foi firmado contrato de mútuo entre a INVEPAR e a coligada CRA no valor de R$27.500, o qual está sendo atualizado a taxa de 130% do CDI. O prazo de pagamento da operação, com renovação automática e mensal até 15 de janeiro de 2029.

INVEPAR

Em 15 de outubro de 2015, a INVEPAR emitiu debêntures no montante de R$2 bilhões, com vencimento em outubro de 2024. Deste montante, R$1 bilhão é referente aos acionistas da Companhia: PETROS, FUNCEF e PREVI. Em 29 de dezembro de 2016, essa operação foi liquidada conforme descrito na Nota Explicativa 13.

VIARIO

Em 28 de abril de 2016, foi assinado contrato de mútuo entre a INVEPAR e a coligada VIARIO no valor de R$36.955 em 31 de dezembro de 2016 com vencimento em 2034. Sobre o montante do principal incidiram juros equivalentes a 130% do CDI.

VLT

Em 22 de julho de 2016, o VLT firmou contrato de mútuo com a INVEPAR no montante de R$ 25.000 remunerados pelo CDI + 5% a.a, a liquidação de principal e juros poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2018.

Procedimento Arbitral

CART

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), com valor provisório atribuído de R$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela OAS S.A., e por outro lado, entende que a ora Requerente deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral, apresentando seus contra pleitos, aos quais se atribuíram provisoriamente o valor de R$350.000. Tanto a CART quanto a OAS indicaram os árbitros que integrarão o corpo de árbitros e, após realizadas as etapas regulamentares, tiveram suas indicações confirmadas.

Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS S.A. firmaram Termo de Arbitragem para instauração do procedimento arbitral. Até a data de autorização destas informações contábeis trimestrais não foram apresentadas as alegações iniciais pela requente (OAS) e, portanto, a CART avalia que somente com as evidências apresentadas durante o curso do processo arbitral, os advogados da CART terão condições de fazer uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da Requerente, pois, nesse momento, não há elementos suficientes para essa avaliação.

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

	Controladora			Consolidado		
	30/09/2017			30/09/2017		
Composição	Diretoria	Conselhos	Total	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	5.428	1.895	7.323	12.867	3.097	15.964
Participação nos resultados / Bônus variáveis	7.088	-	7.088	16.317	-	16.317
Encargos	3.061	379	3.440	6.103	573	6.676
Outros benefícios	1.830	-	1.830	4.329	-	4.329
Total	17.407	2.274	19.681	39.616	3.670	43.286

	Controladora			Consolidado		
	30/09/2016			30/09/2016		
Composição	Diretoria	Conselhos	Total	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	3.916	1.385	5.301	10.901	2.708	13.609
Participação nos resultados / Bônus variáveis	2.011	-	2.011	7.694	-	7.694
Encargos	1.311	277	1.588	3.439	505	3.944
Outros benefícios	3.128	-	3.128	4.969	-	4.969
Total	10.366	1.662	12.028	27.003	3.213	30.216

Em 28 de abril de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a remuneração global anual dos administradores da INVEPAR Holding de até R$27.893 para o exercício de 2017.

A Companhia, assim como suas controladas, não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

8. INVESTIMENTOS

Controladora

As participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas em cada data-base.

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 30/09/2017		Saldos em 31/12/2016	Aumento de capital	Amortização de ágios	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 30/09/2017	
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos					Investimentos	
Controladas										
LAMSA	100,00	51.927.409	103.854.827	106.420	-	-	68.610	(59.910)	115.120	
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	65.263	-	-	7.468	-	72.731	
CART	100,00	1.308.194.522	1.308.194.522	517.304	131.500	(151)	(62.896)	-	585.757	
LAMBRA	100,00	863.644.681	-	395.669	-	-	24.780	-	420.450	
METRÔRIO	100,00	1.446.898.779	-	1.349.923	-	-	(8.574)	-	1.341.349	
METROBARRA	100,00	725.728.117	-	125.870	51.600	-	(59.000)	-	118.470	
VIA040	100,00	706.866.817	-	402.816	113.700	-	(4.392)	-	512.124	
				2.963.265	296.800	(151)	(34.004)	(59.910)	3.166.001	
Controladas em conjunto										
VIARIO	33,34	120.569.852	-	67.396	-	-	(21.788)	-	45.608	
CBN	50,00	177.571.632	-	106.845	15.000	-	2.853	-	124.698	
CRA	50,00	70.719.454	-	35.246	-	-	(4.605)	-	30.641	
				209.487	15.000	-	(23.540)	-	200.947	*
Coligada										
VLT	24,93	295.802.212	-	55.857	-	-	460	-	56.317	
CRT	24,92	17.994	3.550	65.154	-	(3.260)	9.079	(7.630)	63.343	
				121.011	-	(3.260)	9.539	(7.630)	119.660	*
TOTAL				3.293.762	311.800	(3.411)	(48.005)	(67.540)	3.486.608	
Operações descontinuadas										
PEX	100,00	31.798.778	-	1.811	-	-	(1.021)	-	790	
				1.811	-	-	(1.021)	-	790	

Saldo Passivo do Investimento

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 30/09/2017		Saldos em 31/12/2016	Aumento de capital	Amortização de ágios	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 30/09/2017
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos					Investimentos
Controlada									
GRUPAR	80,00	130.569.956.529	-	(396.302)	-	-	(196.741)	-	(593.043)
				(396.302)	-	-	(196.741)	-	(593.043)

	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 30/09/2017	
Adiantamento para futuro investimento **	53.564	53.564	*

*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado.

(**) Montante pago pelo METROBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa.

Em 30 de setembro de 2017, o ágio registrado sobre os investimentos na CART e CRT montam R$4.331 e R$18.108 respectivamente.

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2015	Aumento de capital	Amortização de ágios	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Ajustes de conversão	Dividendos e JSCP	Baixa por alienação	Saldos em 31/12/2016
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos								Investimentos
Controladas												
LAMSA	100,00	51.927.409	103.854.827	99.732	-	-	86.449	-	-	(79.761)	-	106.420
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	60.156	-	-	9.441	-	-	(4.334)	-	65.263
CART	100,00	1.308.194.522	1.308.194.522	481.617	178.500	(203)	(142.610)	-	-	-	-	517.304
LAMBRA	100,00	863.644.681	-	2.482.857	57.000	(22.994)	1.922.919	(762.437)	(743.635)	(1.946.450)	(591.592)	395.669
METRÔRIO	100,00	1.446.898.779	-	1.381.824	-	-	31.704	-	-	(63.605)	-	1.349.923
METROBARRA	100,00	725.728.117	-	53.583	164.245	-	(91.958)	-	-	-	-	125.870
VIA040	100,00	706.866.817	-	320.939	55.000	-	26.877	-	-	-	-	402.816
				4.880.708	454.745	(23.197)	1.842.822	(762.437)	(743.635)	(2.094.150)	(591.592)	2.963.265
Controladas em conjunto												
VIARIO	33,34	120.569.852	-	72.383	12.576	-	(17.563)	-	-	-	-	67.396
CBN	50,00	177.571.632	-	106.057	-	-	788	-	-	-	-	106.845
CRA	50,00	70.719.454	-	42.958	-	-	(7.712)	-	-	-	-	35.246
				221.398	12.576	-	(24.487)	-	-	-	-	209.487 *
Coligada												
VLT	24,93	295.802.212	-	19.318	33.394	-	3.145	-	-	-	-	55.857
CRT	24,92	17.994	3.550	66.208	-	(4.346)	8.915	-	-	(5.623)	-	65.154
				85.526	33.394	(4.346)	12.060	-	-	(5.623)	-	121.011 *
TOTAL				5.187.632	500.715	(27.543)	1.830.395	(762.437)	(743.635)	(2.099.773)	(591.592)	3.293.762
Operações descontinuadas												
PEX PERU	-	-	-	4	3.383	-	(2.522)	-	(341)	-	(524)	-
PEX	100,00	31.798.778	-	(3.268)	9.180	-	(4.101)	-	-	-	-	1.811
				(3.264)	12.563	-	(6.623)	-	(341)	-	(524)	1.811

Saldo Passivo do Investimento

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2015	Aumento de capital	Amortização de ágios	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Ajustes de conversão	Dividendos e JSCP	Baixa por alienação	Saldos em 31/12/2016
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos								Investimentos
Controlada												
GRUPAR	80,00	130.569.956.529	-	(112.668)	142.800	-	(426.435)	-	-	-	-	(396.302)
				(112.668)	142.800	-	(426.435)	-	-	-	-	(396.302)

	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2016
Adiantamento para futuro investimento **	53.564	53.564 *

(*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado.

(**) Montante pago pelo METROBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa.

Em 31 de dezembro de 2016, o ágio registrado sobre os investimentos na CART e CRT montam R$4.482, R$21.368 respectivamente.

a) Informações sobre os investimentos da controladora

Os valores abaixo apresentados correspondem a 100% dos números das empresas, ou seja, não foi considerado o percentual de participação da INVEPAR.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 30 de setembro de 2017

		(+) Investimento total				(-) Investimento não caixa				
	Empresas	Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de Concessão (Investimento)	Resultado financeiro sobre capitalização da outorga	Capitalização de resultado financeiro	Aquisição de Intangível / Imobilizado ainda não liquidada	Margem de Construção	(=) Investimento caixa	Participação da Invepar %
Rodovias	LAMSA	904	7.048	1	-	-	516	64	7.373	100
	CLN	233	783	38	-	-	36	5	1.013	91,49
	CART	570	308	121.960	-	-	5.671	1.208	115.959	100
	CBN	212	53	64.321	-	12.880	-	667	51.039	50
	CRT	1.825	83	13.997	-	1.181	-	-	14.724	24,92
	CRA	-	40	1.507	-	-	-	4	1.543	50
	VIARIO	34.523	2.874	6.575	-	-	-	-	43.972	33,34
	VIA040	100	13	170.317	-	67.087	17.700	914	84.729	100
Mobilidade Urbana	METRÔRIO	9.289	873	35.266	-	-	16.383	-	29.045	100
	METROBARRA	71.729	-	-	-	-	37.802	-	33.927	100
	VLT	116	-	486.934	-	57.717	(57.717)	511	486.539	24,93
Aeroportos	GRU AIRPORT	52	-	29.625	170.305	171.463	8.537	-	19.982	40,8 *

(*) O percentual de 40,8% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2016

	(+) Investimento total				(-) Investimento não caixa				
Empresas	Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de Concessão (Investimento)	Resultado financeiro sobre capitalização da outorga	Capitalização de resultado financeiro	Aquisição de Intangível / Imobilizado ainda não liquidada	Margem de Construção	(=) Investimento caixa	Participação da Invepar %
LAMSA	2.835	2.743	28.525	-	-	725	187	33.191	100
CLN	407	403	32	-	-	-	2	840	91,49
CART	463	914	114.498	-	-	313	1.153	114.409	100
CBN	1.866	9	147.435	-	8.833	-	1.526	138.951	50
CRT	1.972	64	12.690	-	1.781	-	-	12.945	24,92
CRA	-	53	2.624	-	-	-	7	2.670	50
VIARIO	40.249	442	193.641	-	572	-	-	233.760	33,34
VIA040	11.729	1.799	321.652	-	97.740	39.977	2.142	195.321	100
METRÔRIO	22.144	2.927	73.992	-	180	11.780	-	87.103	100
METROBARRA	225.086	-	-	-	53.729	32.189	-	139.168	100
VLT	1.539	-	132.243	-	69.626	(69.626)	-	133.782	24,93
GRU AIRPORT	11.813	513	145.260	427.619	435.237	6.537	3.716	139.715	40,8 *

(*) O percentual de 40,8% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

b) METRÔRIO

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("METRÔRIO") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 26 de agosto de 2008 com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, o METRÔRIO passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. O METRÔRIO detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro. O término do contrato de concessão ocorrerá em 27 de janeiro de 2038.

c) CART

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. O prazo da concessão é de 30 anos.

d) CBN

A Concessionária Bahia Norte S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), de capital fechado, constítuida em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia ("DERBA"), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia ("AGERBA", em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o "Poder Concedente"), pelo prazo de 30 anos.

e) CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. sociedade anônima de capital aberto constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão, não onerosa, de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, teve início em 23 de março de 1996 e portanto término em 22 de março de 2021.

f) CRA

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - "Express Way", pelo prazo de 35 anos, a partir de novembro de 2011.

g) GRUPAR

Em 6 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na

Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - "GRU AIRPORT" da qual o Consórcio INVEPAR - ACSA, através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GRUPAR", possui 51% (sendo 80% da INVEPAR e 20% da ACSA) e 49% são detidos pela INFRAERO, conforme o edital da licitação. Conforme memorando de entendimentos firmado entre INVEPAR e ACSA, a ACSA aumentou sua participação em GRUPAR para 20% de seu capital em outubro de 2015. A concessão terá prazo de 20 anos, podendo ser renovado por mais 5 anos.

h) LAMBRA

Em 21 de março de 2012, a INVEPAR passou a ser controladora da V.P.R. Brasil Participações S.A. com 100% do capital social da mesma, por meio da subscrição e integralização de ações da OAS S.A., que era a única titular das ações representativas do patrimônio da V.P.R. Brasil Participações S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2012, os acionistas deliberaram a incorporação por parte da INVEPAR da V.P.R. Brasil Participações S.A, com a emissão de 17.429.354 novas ações ordinárias e 34.858.708 novas ações preferenciais.

A INVEPAR obteve da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Línea Amarilla Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez era detentora de 100% do capital social da Línea Amarilla S.A.C. ("LAMSAC"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009 com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto a Municipalidad Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Em 14 de fevereiro de 2013, foi levado ao registro público o Aditivo Contratual ("Aditivo") firmado em 13 de fevereiro de 2013, o qual ampliou o prazo da concessão em mais 10 anos, passando a 40 anos, a partir da assinatura do Contrato. Destaque-se, ainda, que, em atendimento ao Contrato, a Concessionária iniciou a percepção das receitas arrecadadas pelas praças de pedágio a partir de 10 de fevereiro de 2013.

Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu, nos termos dos contratos celebrados em 5 de agosto de 2016, a alienação da totalidade das ações de emissão da LAMSAC e da PEX PERU.

A transferência da participação societária da LAMSAC e PEX PERU vendidas em favor do comprador foi autorizada pela Municipalidad Metropolitana de Lima, poder concedente, no dia 7 de novembro de 2016, tendo sido as demais condições precedentes cumpridas até 15 de dezembro de 2016.

Os valores de venda da LAMSAC e PEX PERU, recebidos na data da conclusão da operação, foram respectivamente R$4.084.842 e R$37.115.

Os contratos de compra e venda de ações preveem ainda bônus adicionais no valor de S/.253.037, equivalentes a R$241.422 na data do balanço, a realizar em até três anos, vinculados ao cumprimento de certas condições. Tais bônus serão contabilizados quando cumpridos os eventos futuros necessários para sua realização.

i) VIARIO

A Concessionária VIARIO S.A. é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e

iniciou suas operações em 26 de abril de 2012 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A VIARIO tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do contrato de concessão.

j) PEX

A empresa tinha como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações. Em novembro de 2016, suas operações foram descontinuadas e na data-base de 30 de setembro de 2017 a controlada encontra-se classificada em operações descontinuadas e o resultado de suas operações foi desconsolidado e apresentado na Demonstração do Resultado como resultado de operação descontinuada.

k) VLT

Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início.

l) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA (“LAMSA”), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ – Brasil, foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

m) CLN

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN (“CLN”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA. A CLN tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000. O término do contrato de concessão ocorrerá em 20 de março de 2035.

n) METROBARRA

Em 20 de dezembro de 2012, através de Assembleia Geral de Constituição, foi criado o METROBARRA S.A. sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR. O METROBARRA iniciou sua operação em 19 de setembro de 2016 e tem por objeto social a locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, inclusive como holding.

Em 15 de outubro de 2013, o METROBARRA pagou aos acionistas atuais detentores da concessão da Linha 4 do Metrô (Concessionária Rio Barra S.A. - "CRB") o valor de R$53.564 a título de opção de compra das ações da CRB.

Dessa forma, a Administração do METROBARRA efetuou a análise e projeção do desempenho operacional e financeiro de seus ativos, tendo como uma das principais premissas, o exercício da opção de compra da totalidade das ações da CRB pelo METROBARRA. A premissa adotada pela Administração no teste de *impaiment* é que o exercício da opção ocorra até meados do exercício social de 2019, alterando assim a composição dos fluxos de caixa projetados do METROBARRA.

o) VIA040

Em 31 de janeiro de 2014 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a Concessionária BR-040 S.A. com sede na cidade de Nova Lima - MG, tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR. Em 12 de março de 2014 foi celebrado o contrato de concessão entre a Concessionária BR-040 S.A. ("VIA040") e a União Federal, por intermédio da ANTT, tendo por objeto a contratação, na modalidade de concessão, da recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GO/MG, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, iniciado a partir da data da Assunção. Em 30 de julho de 2015, a VIA040 iniciou a cobrança de pedágio.

A Media Provisória (MP) 752 publicada em 24 de novembro de 2016, convertida na Lei nº 13.448 em 5 de junho de 2017, pelo Governo Federal, estabelece, dentre outras, as diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviários e aeroportuários da administração pública federal. Em 11 de setembro de 2017, a VIA040 protocolou junto a ANTT o pedido de adesão ao processo de relicitação, conforme autorizado, respectivamente, pelo Conselho de Administração da INVEPAR e pelo Conselho de Administração da VIA040 em 8 de setembro de 2017. Até a data de autorização da emissão destas informações contábeis intermediárias o pedido ainda não havia sido homologado pelo Poder Concedente, razão pela qual a controlada continua fazendo parte do Consolidado do grupo INVEPAR.

Até que se defina um novo vencedor do Leilão da relicitação, do qual, conforme prevê a Lei, a VIA040 e seus acionistas não poderão participar, e que este assuma o sistema rodoviário sob concessão, serão mantidos os serviços de operação e manutenção do trecho sob concessão, regulados por um aditivo contratual ainda não firmado entre a ANTT e a VIA040. Após a emissão do acordo entre as partes, a duração das operações da VIA040 estará limitada ao novo prazo de cumprimento das obrigações definidas neste termo. À VIA040 caberá uma indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme prevê a Lei 13.448/17, Lei 8.987/95 (Lei das Concessões) e o Contrato de Concessão.

9. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) rodovias; (ii) mobilidade urbana; (iii) aeroportos; e (iv) holding.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes a 30 de setembro de 2017 e 30 de setembro de 2016, são as seguintes:

	30/09/2017					
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	692.790	724.669	1.293.920	-	-	2.711.379
Receita de construção	221.273	33.738	-	-	-	255.011
	914.063	758.407	1.293.920	-	-	2.966.390
Custo de serviços prestados	(364.345)	(374.694)	(954.782)	-	-	(1.693.821)
Custo de construção	(219.082)	(33.738)	-	-	-	(252.820)
Lucro bruto	330.636	349.975	339.138	-	-	1.019.749
Despesas gerais e administrativas	(92.090)	(200.593)	(98.323)	(31.415)	-	(422.421)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(244.746)	230.745	(14.001)
Outras receitas (despesas) operacionais	275	767	4.812	63	(1)	5.916
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	238.821	150.149	245.627	(276.098)	230.744	589.243
Receitas financeiras	71.667	21.960	33.088	83.971	(103.107)	107.579
Despesas financeiras	(214.039)	(240.681)	(815.076)	(45.248)	104.503	(1.210.541)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	96.449	(68.572)	(536.361)	(237.375)	232.140	(513.719)
Imposto de renda e contribuição social	(63.580)	998	59.086	(479)	-	(3.975)
Correntes	(48.743)	(1.592)	-	(479)	-	(50.814)
Diferidos	(14.837)	2.590	59.086	-	-	46.839
Prejuízo do exercício das operações continuadas	32.869	(67.574)	(477.275)	(237.854)	232.140	(517.694)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	(1.021)	-	-	-	-	(1.021)
Lucro (prejuízo) do exercício após ativos mantidos para venda	31.848	(67.574)	(477.275)	(237.854)	232.140	(518.715)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(231.349)	-	(48.491)	(279.840)
Atribuível aos acionistas controladores	31.848	(67.574)	(245.926)	-	280.631	(238.875)
Informações complementares:						
Depreciação e amortização	(128.750)	(135.857)	(572.538)	(4.366)	-	(841.511)
Provisão para manutenção	(17.513)	-	-	-	-	(17.513)
Adição ao imobilizado	1.807	81.018	52	37	-	82.914
Adição ao intangível	300.468	36.139	199.930	603	-	537.140

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Informações Intermediárias.

	01/07/2017 a 30/09/2017					
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
						(Reapresentado)
Receita líquida de serviços	250.014	246.121	462.117	-	-	958.252
Receita de construção	97.167	9.594	-	-	-	106.761
	347.181	255.715	462.117	-	-	1.065.013
Custo de serviços prestados	(123.038)	(119.311)	(323.063)	-	-	(565.412)
Custo de construção	(96.202)	(9.594)	-	-	-	(105.796)
Lucro bruto	127.941	126.810	139.054	-	-	393.805
Despesas gerais e administrativas	(32.803)	(61.424)	(33.941)	(6.409)	-	(134.577)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(73.929)	67.308	(6.621)
Outras receitas operacionais	62	770	1.782	-	(1)	2.613
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	95.200	66.156	106.895	(80.338)	67.307	255.220
Receitas financeiras	24.154	4.443	9.362	57.072	(68.062)	26.969
Despesas financeiras	(79.722)	(95.721)	(302.465)	(13.966)	69.458	(422.416)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	39.632	(25.122)	(186.208)	(37.232)	68.703	(140.227)
Imposto de renda e contribuição social	(22.159)	1.167	38.875	(479)	-	17.404
Correntes	(15.380)	(1.592)	-	(479)	-	(17.451)
Diferidos	(6.779)	2.759	38.875	-	-	34.855
Lucro líquido (prejuízo) do período das operações continuadas	17.472	(23.955)	(147.333)	(37.711)	68.703	(122.824)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	7	-	-	-	-	7
Prejuízo do período após ativos mantidos para venda	17.479	(23.955)	(147.333)	(37.711)	68.703	(122.817)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(69.784)	-	(15.328)	(85.112)
Atribuível aos acionistas controladores	17.479	(23.955)	(77.549)	-	84.031	(37.704)
Informações complementares:						
Depreciação e amortização	(43.165)	(45.450)	(191.580)	(1.450)	-	(281.645)
Provisão para manutenção	(5.856)	-	-	-	-	(5.856)
Adição ao imobilizado	914	34.822	1	21	-	35.758
Adição ao intangível	120.616	9.937	73.423	514	-	204.490

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Informações Intermediárias.

	30/09/2016					
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
	(Reapresentado)					(Reapresentado)
Receita líquida de serviços	663.033	708.904	1.222.585	-	(33.966)	2.560.556
Receita de construção	264.257	56.239	100.365	-	-	420.861
	927.290	765.143	1.322.950	-	(33.966)	2.981.417
Custo de serviços prestados	(347.014)	(402.958)	(962.704)	-	33.966	(1.678.710)
Custo de construção	(261.651)	(56.239)	(97.546)	-	-	(415.436)
Lucro bruto	318.625	305.946	262.700	-	-	887.271
Despesas gerais e administrativas	(84.090)	(138.919)	(109.562)	(56.668)	-	(389.239)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(470.533)	478.276	7.743
Outras receitas operacionais	183	1.792	(1.523)	-	-	452
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	234.718	168.819	151.615	(527.201)	478.276	506.227
Receitas financeiras	54.759	74.804	36.753	87.258	(50.027)	203.547
Despesas financeiras	(275.540)	(290.622)	(1.111.521)	(344.707)	49.847	(1.972.543)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	13.937	(46.999)	(923.153)	(784.650)	478.096	(1.262.769)
Imposto de renda e contribuição social	(39.661)	(15.657)	(27.030)	-	-	(82.348)
Correntes	(37.641)	(16.184)	-	-	-	(53.825)
Diferidos	(2.020)	527	(27.030)	-	-	(28.523)
Lucro líquido (prejuízo) do período das operações continuadas	(25.724)	(62.656)	(950.183)	(784.650)	478.096	(1.345.117)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	(84.766)	-	-	-	-	(84.766)
Prejuízo do período após ativos mantidos para venda	(110.490)	(62.656)	(950.183)	(784.650)	478.096	(1.429.883)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(465.488)	-	(96.209)	(561.697)
Atribuível aos acionistas controladores	(110.490)	(62.656)	(484.695)	-	574.305	(868.186)
Informações complementares:						
Depreciação e amortização	(113.169)	(113.110)	(546.753)	(25.353)	-	(798.385)
Provisão para manutenção	(6.996)	-	-	-	-	(6.996)
Adição ao imobilizado	7.771	177.334	323	189	-	185.617
Adição ao intangível	331.423	58.339	465.075	362	-	855.199

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Informações Intermediárias.

	01/07/2016 a 30/09/2016					
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
						(Reapresentado)
Receita líquida de serviços	228.622	249.369	426.398	-	(6.477)	897.912
Receita de construção	49.780	26.346	21.081	-	-	97.207
	278.402	275.715	447.479	-	-	995.119
Custo de serviços prestados	(115.102)	(129.745)	(326.850)	-	6.477	(565.220)
Custo de construção	(49.301)	(26.346)	(20.489)	-	-	(96.136)
Lucro bruto	113.999	119.624	100.140	-	-	333.763
Despesas gerais e administrativas	(27.220)	(65.147)	(36.694)	(20.544)	-	(149.605)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(113.900)	113.896	(4)
Outras receitas operacionais	46	422	(553)	-	-	(85)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	86.825	54.899	62.893	(134.444)	113.896	184.069
Receitas financeiras	13.138	17.389	11.019	47.463	(16.406)	72.603
Despesas financeiras	(78.994)	(66.908)	(334.715)	(118.115)	16.406	(582.326)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	20.969	5.380	(260.803)	(205.096)	113.896	(325.654)
Imposto de renda e contribuição social	(15.775)	(8.820)	(23.179)	-	-	(47.774)
Correntes	(11.860)	(10.851)	-	-	-	(22.711)
Diferidos	(3.915)	2.031	(23.179)	-	-	(25.063)
Lucro líquido (prejuízo) do período das operações continuadas	5.194	(3.440)	(283.982)	(205.096)	113.896	(373.428)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	(61.310)	-	-	-	-	(61.310)
Prejuízo do período após ativos mantidos para venda	(56.116)	(3.440)	(283.982)	(205.096)	113.896	(434.738)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(139.137)	-	(28.749)	(167.886)
Atribuível aos acionistas controladores	(56.116)	(3.440)	(144.845)	(205.096)	142.645	(266.852)
Informações complementares:						
Depreciação e amortização	(38.138)	(37.788)	(183.647)	(7.912)	-	(267.485)
Provisão para manutenção	(2.584)	-	-	-	-	(2.584)
Adição ao imobilizado	782	58.299	44	43	-	59.168
Adição ao intangível	74.286	28.087	107.092	245	-	209.710

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Informações Intermediárias.

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	134.276	275.600	534.268	210.423	(61.755)	1.092.812
Ativos classificados como operações descontinuadas	-	-	-	790	2.262	3.052
Ativo não circulante	4.953.353	3.521.941	15.708.123	3.762.212	(3.839.473)	24.106.156
Total do ativo	5.087.629	3.797.541	16.242.391	3.973.425	(3.898.966)	25.202.020

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	1.421.113	704.685	2.746.432	26.731	(62.132)	4.836.829
Passivos classificados como operações descontinuadas	-	-	-	-	2.262	2.262
Passivo não circulante	1.939.991	1.633.036	14.932.620	1.049.369	(1.252.627)	18.302.389
Patrimônio líquido	1.726.525	1.459.820	(1.436.661)	2.897.325	(2.586.469)	2.060.540
Total do passivo e patrimônio líquido	5.087.629	3.797.541	16.242.391	3.973.425	(3.898.966)	25.202.020

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Informações Intermediárias.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	227.010	252.093	339.393	504.345	(50.458)	1.272.383
Ativo mantido para venda	-	-	-	1.811	6.887	8.698
Ativo não circulante	4.740.539	3.538.191	16.096.847	3.464.423	(3.539.197)	24.300.803
Total do ativo	4.967.549	3.790.284	16.436.240	3.970.579	(3.582.768)	25.581.884

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	1.386.861	410.721	1.855.750	24.275	(50.836)	3.626.771
Passivos classificados como mantidos para venda	-	-	-	-	6.887	6.887
Passivo não circulante	2.072.328	1.903.769	15.539.877	810.104	(957.107)	19.368.971
Patrimônio líquido	1.508.360	1.475.794	(959.387)	3.136.200	(2.581.712)	2.579.255
Total do passivo e patrimônio líquido	4.967.549	3.790.284	16.436.240	3.970.579	(3.582.768)	25.581.884

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Informações Intermediárias.

10. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências *	30/09/2017
Custo						
Etiquetas eletrônicas	6,6	274	-	(274)	-	-
Instalações	13,6	15.961	-	-	-	15.961
Máquinas e equipamentos	9,2	613.570	10.239	(8)	(2.521)	621.280
Móveis e utensílios	9,2	22.944	2.499	(57)	17	25.403
Veículos	19,1	33.698	137	(538)	283	33.580
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	147.858	711	-	-	148.569
Equipamentos de informática	19,6	103.431	3.591	(114)	(32)	106.876
Imobilizado em andamento		352.073	65.731	-	(4.746)	413.058
Outros		2.276	6	-	-	2.282
		1.292.085	82.914	(991)	(6.999)	1.367.009
Depreciação acumulada						
Etiquetas eletrônicas		(244)	(3)	247	-	-
Instalações		(3.222)	(987)	-	-	(4.209)
Máquinas e equipamentos		(72.022)	(29.327)	7	2.638	(98.704)
Móveis e utensílios		(10.127)	(4.328)	39	(4)	(14.420)
Veículos		(16.823)	(4.271)	431	-	(20.663)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(6.662)	(10.832)	-	-	(17.494)
Equipamentos de informática		(55.264)	(10.776)	33	(9)	(66.016)
Outros		(423)	(317)	-	-	(740)
		(164.787)	(60.841)	757	2.625	(222.246)
Imobilizado líquido		1.127.298	22.073	(234)	(4.374)	1.144.763

* O saldo em aberto refere-se a itens transferidos do imobilizado para o grupo de intangível para melhor classificação contábil.

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências *	Operações descontinuadas e baixa por alienação	31/12/2016
Custo							
Etiquetas eletrônicas	6,6	1.447	-	-	-	(1.173)	274
Instalações	13,6	14.351	10.556	(12)	390	(9.324)	15.961
Máquinas e equipamentos	9,2	598.659	19.071	(45.010) **	41.460	(610)	613.570
Móveis e utensílios	9,2	20.840	5.884	(1.524)	2.751	(5.007)	22.944
Veículos	19,1	44.081	1.691	(6.494)	70	(5.650)	33.698
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	5.140	101	(21)	142.739	(101)	147.858
Equipamentos de informática	19,6	79.264	11.505	(1.367)	21.683	(7.654)	103.431
Imobilizado em andamento		347.358	225.068	(972)	(214.477)	(4.904)	352.073
Adiantamento a fornecedores		8	787	(795)	-	-	-
Outros		418	3	-	1.855	-	2.276
		1.111.566	274.666	(56.195)	(3.529)	(34.423)	1.292.085
Depreciação acumulada							
Etiquetas eletrônicas		(223)	(21)	-	-	-	(244)
Instalações		(4.162)	(262)	12	9	1.181	(3.222)
Máquinas e equipamentos		(39.599)	(34.603)	2.048	-	132	(72.022)
Móveis e utensílios		(7.246)	(5.395)	1.459	(8)	1.063	(10.127)
Veículos		(12.988)	(5.754)	1.026	-	893	(16.823)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(2.437)	(4.240)	7	-	8	(6.662)
Equipamentos de informática		(49.831)	(10.295)	617	16	4.229	(55.264)
Outros		(773)	(125)	-	-	475	(423)
		(117.259)	(60.695)	5.169	17	7.981	(164.787)
Imobilizado líquido		994.307	213.971	(51.026)	(3.512)	(26.442)	1.127.298

* O saldo em aberto refere-se a itens transferidos do imobilizado para o grupo de intangível para melhor classificação contábil.

** Do montante de R$45.010, R$38.352 refere-se a crédito de PIS e COFINS na aquisição de máquinas e equipamentos inerentes a operação do METROBARRA

Em 30 de setembro de 2017, o imobilizado em andamento refere-se basicamente aos investimentos da controlada METROBARRA, como o piloto automático e a sinalização.

<u>Redução do valor recuperável de ativos</u>

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do valor do ativo imobilizado em 30 de setembro de 2017.

11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências *	30/09/2017
Custo					
Software	101.159	1.804	-	706	103.669
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	448.271	1	-	-	448.272
Direito de concessão - investimento CLN (b)	139.923	38	(1)	338	140.298
Direito de concessão - investimento CART (b)	1.900.802	121.960	(5)	-	2.022.757
Direito de concessão - outorga CART (a)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de concessão - ágio - CART (a)	5.957	-	-	-	5.957
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d)	1.871.863	35.266	-	-	1.907.129
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e)	1.326.979	-	-	-	1.326.979
Direito de concessão - investimento GRU (b)	4.038.666	29.625	(2.197)	(682)	4.065.412
Direito de concessão - outorga GRU (c)	13.918.432	170.305	-	-	14.088.737
Direito de concessão - investimento VIA040 (b)	1.435.849	170.317	-	-	1.606.166
Outros	280	7.824	-	4.012	12.116
	25.822.181	537.140	(2.203)	4.374	26.361.492
Amortização					
Software	(40.413)	(11.351)	-	-	(51.764)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2037)	(75.320)	(13.344)	-	-	(88.664)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2050)	(29.177)	(2.601)	-	-	(31.778)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(283.874)	(53.042)	-	-	(336.916)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(164.099)	(15.850)	-	-	(179.949)
Direito de concessão - ágio - CART (a) (até 2039)	(1.476)	(151)	-	-	(1.627)
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d) (até 2038)	(443.330)	(54.608)	-	-	(497.938)
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e) (até 2038)	(501.725)	(32.144)	-	-	(533.869)
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	(425.089)	(144.740)	-	-	(569.829)
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	(2.037.901)	(420.377)	-	-	(2.458.278)
Direito de concessão - investimento VIA040 (b) (até 2044)	(36.608)	(29.200)	-	-	(65.808)
Outros	(140)	(2)	-	-	(142)
	(4.039.152)	(777.410)	-	-	(4.816.562)
Intangível líquido	21.783.029	(240.270)	(2.203)	4.374	21.544.930

* O saldo em aberto refere-se a itens transferidos do imobilizado para o grupo de intangível para melhor classificação contábil.

	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências *	Operações descontinuadas e baixa por alienação	31/12/2016
Custo						
Software	118.351	7.134	(15)	(7.069)	(17.242)	101.159
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	365.014	28.525	(110)	54.842	-	448.271
Direito de concessão - investimento CLN (b)	138.748	32	-	1.143	-	139.923
Direito de concessão - investimento CART (b)	1.786.796	114.498	(492)	-	-	1.900.802
Direito de concessão - outorga CART (a)	634.000	-	-	-	-	634.000
Direito de concessão - ágio - CART (a)	5.957	-	-	-	-	5.957
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d)	1.799.664	73.992	(1.793)	-	-	1.871.863
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e)	1.326.979	-	-	-	-	1.326.979
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	3.006.307	-	-	-	(3.006.307)	-
Direito de concessão - ágio - LAMSAC	1.136.546	-	-	-	(1.136.546)	-
Direito de concessão - investimento GRU (b)	3.875.189	145.260	(444)	18.661	-	4.038.666
Direito de concessão - outorga GRU (c)	13.490.813	427.619	-	-	-	13.918.432
Direito de concessão - investimento VIA040 (b)	1.128.355	321.652	(7.058)	(7.100)	-	1.435.849
Outros	54.900	2.479	-	(56.948)	(151)	280
	28.867.619	1.121.191	(9.912)	3.529	(4.160.246)	25.822.181
Amortização						
Software	(34.198)	(10.377)	15	154	3.993	(40.413)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2037)	(60.251)	(15.154)	85	-	-	(75.320)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2050)	(25.769)	(3.408)	-	-	-	(29.177)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(215.942)	(68.045)	113	-	-	(283.874)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(142.965)	(21.134)	-	-	-	(164.099)
Direito de concessão - ágio - CART (a) (até 2039)	(1.273)	(203)	-	-	-	(1.476)
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d) (até 2038)	(377.746)	(67.085)	1.501	-	-	(443.330)
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e) (até 2038)	(458.629)	(43.096)	-	-	-	(501.725)
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	(11.614)	-	-	-	11.614	-
Direito de concessão - ágio LAMSAC (b)	(89.998)	-	-	-	89.998	-
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	(249.056)	(175.863)	-	(170)	-	(425.089)
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	(1.487.992)	(549.909)	-	-	-	(2.037.901)
Direito de concessão - investimento VIA040 (b) (até 2044)	(9.319)	(27.288)	-	(1)	-	(36.608)
Outros	(140)	-	-	-	-	(140)
	(3.164.892)	(981.562)	1.714	(17)	105.605	(4.039.152)
Intangível líquido	25.702.727	139.629	(8.198)	3.512	(4.054.641)	21.783.029

* O saldo em aberto refere-se a itens transferidos do imobilizado para o grupo de intangível para melhor classificação contábil.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

O grupo INVEPAR tem realizado ampliações e melhorias nas concessões que opera. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital de terceiros, a Companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras, obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O valor dos juros capitalizados nos empréstimos, financiamentos e debêntures durante o período findo em 30 de setembro de 2017 foi de R$68.245 (R$138.491 em 31 de dezembro de 2016).

(a) Outorga CART - Com a assinatura do contrato de concessão, a controlada CART se comprometeu a desembolsar o valor de R$634.000 em conta a favor do DER/SP, a título de outorga fixa, já liquidado. O valor de R$5.957 refere-se ao ágio pago na aquisição do controle da CART. O valor do direito de concessão foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

(b) Investimentos - Direitos de concessão decorrentes dos investimentos realizados por cada controlada na infraestrutura da concessão, os quais, são obrigações dos respectivos contratos de concessão.

(c) Outorga GRU AIRPORT - Com a assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se comprometeu a desembolsar o total de R$16.213.000 com parcelas anuais de R$810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de outorga fixa.

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase.

(d) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão da controlada METRÔRIO. Através do Sexto Aditivo o METRÔRIO e o poder concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Os investimentos são reconhecidos no Ativo intangível a medida em que são realizados.

(e) Outorga METRÔRIO - Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar. O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão "Outorga principal" é de R$231.196 e a "Outorga suplementar" é de R$162.940, totalizando R$394.136. O valor de R$932.843 refere-se ao direito de concessão adquirido que foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada pelo período da concessão, considerando se tratar de ativo intangível com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas

As receitas foram projetadas pelo período da concessão, considerando o crescimento da base de clientes da Unidade Geradora de Caixa.

- Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da controlada, bem

como com o crescimento das receitas.

• Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base, principalmente, nas obrigações contratuais e no histórico da concessão.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da controlada e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

• Prazo de amortização

A amortização do intangível referente às concessões é linear, exceto GRU AIRPORT que é amortizada pela curva de passageiros, de acordo com o número de dias restantes para o final do período de cada concessão. O valor é registrado na conta de custo de amortização da concessão no custo operacional e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do valor do ativo intangível em 30 de setembro de 2017.

Especificamente, com relação a VIA040, a Administração da controlada efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a pretensão da VIA040 na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752), conforme citado na Nota explicativa 1.a. Tal premissa tem como entendimento a total recuperabilidade dos montantes investidos e não depreciados ou amortizados pela concessionária até o momento da referida relicitação. Cabe ressaltar que tais premissas serão revisadas periodicamente considerando o progresso das discussões e tramitações em torno das regulamentações da Lei 13.448/17, em conjunto com as tomadas de decisões da Administração da Companhia. Em 30 de setembro de 2017 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

12. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	248.562	250.361
Fornecedores internacionais	15.995	4.415
Circulante	264.557	254.776
Fornecedores nacionais	5.590	5.785
Não circulante	5.590	5.785

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES (CONSOLIDADO)

Empresa	Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Garantia	Total circulante	Total não circulante	30/09/2017	31/12/2016
CART	BNDES e outros	Real	mar/21 a mar/25	TJLP e TRB*	2,45%	(b)	163.690	558.224	721.914	791.162
CART	Debêntures	Real	dez-24	IPCA	5,8% e 6,05%	(b)	67.035	978.099	1.045.134	983.481
CART	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(5.473)	(41.498)	(46.971)	(50.529)
CLN	BNB	Real	nov-17	-	9,50%	(b) e (d)	662	-	662	3.641
CLN	BNB II	Real	dez-24	-	4,12%	(b)	4.414	29.027	33.441	35.980
CLN	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(59)	(180)	(239)	(445)
GRU AIRPORT	BNDES e outros	Real	dez/18 a dez/27	TJLP	2,88% e 3,40%	(b)	200.410	2.661.647	2.862.057	2.826.944
GRU AIRPORT	Debêntures	Real	dez/25 e out/26	IPCA	6,40% e 7,86%	(b)	52.650	710.859	763.509	747.741
GRU AIRPORT	(-) Custo de captação	Real	dez-25	-	-	-	(945)	(7.029)	(7.974)	(8.689)
LAMSA	Debêntures	Real	mai-27	TR	9,5%	(b) e (e)	37.249	279.307	316.556	341.874
LAMSA	ITAU/SANTANDER	Real	ago/18 e mar/20	USD	-	(b)	30.677	18.642	49.319	83.125
LAMSA	(-) Custo de captação	Real	ago-18	USD	-	-	(65)	(8)	(73)	(170)
METRÔRIO	BNDES	Real	out/17 a out/24	TJLP	1,72% e 1,92%	(b) e (d)	36.846	218.128	254.974	281.837
METRÔRIO	FINEP	Real	jan-18	Fixa	5,25% e 8,25%	(d)	1.104	-	1.104	3.475
METRÔRIO	Caixa Econômica	Real	jun-34	TR	7,80%	(b) e (d)	9.836	235.812	245.648	250.043
METRÔRIO	Capital de giro	Dólar	mar-18	-	-	(a)	105.052	-	105.052	126.924
METRÔRIO	Debêntures	Real	mai-18	CDI	16,25%	(a)	285.981	-	285.981	314.111
METRÔRIO	BB	Real	jan-18	CDI	17,57%	(a)	18.000	-	18.000	-
METRÔRIO	(-) Custo de captação	Real	mar-18	-	-	-	(698)	(257)	(955)	(2.120)
METROBARRA	Debêntures	Real	dez-29	TR	9,19%	(d)	22.269	993.144	1.015.413	982.506
METROBARRA	(-) Custo de captação	Real	dez-29	-	-	-	-	(1.920)	(1.920)	(2.036)
VIA040	BNDES	Real	nov/17 a out/24	TJLP	2% a 6%	(c)	966.957	7.611	974.568	983.980
VIA040	(-) Custo de captação	Real	nov/17 a out/24	-	-	-	(11.320)	-	(11.320)	(24.192)
							1.984.272	6.639.608	8.623.880	8.668.643
					Aplicação financeira vinculada		-	(195.919)	(195.919)	(114.296)
					Total dívida líquida		1.984.272	6.443.689	8.427.961	8.554.347

(a) Sem Garantia.
(b) Garantia de Projeto (representado pelo i)
(c) Fiança Bancária.
(d) Fiança ou Aval do Acionista.
(e) Fiança de uma subsidiária.
i Garantia de Projeto: Penhor de ações e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Creditórios, e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Emergentes, Alienação Fiduciária de Ativos Financeiros e/ou Conta Reserva.
(*) TRB - Taxa de Referência do BNDES indexada ao IPCA

	Total circulante	Total não circulante	30/09/2017
Empréstimos	1.526.269	3.628.651	5.154.920
Debêntures	458.003	2.815.038	3.273.041
	1.984.272	6.443.689	8.427.961

	Total circulante	Total não circulante	31/12/2016
Empréstimos	1.337.684	3.916.928	5.254.612
Debêntures	231.789	3.067.946	3.299.735
	1.569.473	6.984.874	8.554.347

Empresas	31/12/2016	Captação	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	Variação cambial e monetária	Parte Relacionada	30/09/2017
			Principal	Juros *							
INVEPAR	-	-	-	-	40.877	-	134	-	1.494	(42.505)	-
LAMSA	424.829	-	(57.706)	(22.935)	23.789	-	98	-	(2.273)	-	365.802
CLN	39.176	-	(5.254)	(1.267)	1.004	-	205	-	-	-	33.864
CART	1.724.114	29.127	(98.479)	(57.757)	92.535	-	3.557	-	26.980	-	1.720.077
METRÔRIO	974.270	18.000	(98.752)	(64.305)	72.656	-	-	-	3.081	4.854	909.804
METROBARRA	980.470	-	(2.030)	(54.568)	89.505	-	116	-	-	-	1.013.493
GRU AIRPORT	3.565.996	41.936	(46.551)	(212.162)	267.215	1.158	-	-	-	-	3.617.592
VIA040	959.788	-	(13.522)	(80.378)	47.464	67.087	33.614	(51.562)	757	-	963.248
Total dívida	8.668.643	89.063	(322.294)	(493.372)	635.045	68.245	37.724	(51.562)	30.039	(37.651)	8.623.880
Aplicações financeiras	(114.296)										(195.919)
Dívida líquida	8.554.347										8.427.961

Empresas	31/12/2015	Captação	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	Variação cambial e monetária	Baixa por alienação	Parte Relacionada	31/12/2016
			Principal	Juros *								
INVEPAR	2.088.145	-	(2.059.424)	(47.533)	402.447	-	7.325	-	-	-	(390.960)	-
LAMSA	424.189	50.000	(38.642)	(38.997)	42.860	-	205	-	(14.786)	-	-	424.829
CLN	44.972	-	(6.072)	(1.566)	1.842	-	-	-	-	-	-	39.176
CART	1.782.118	30.000	(155.710)	(156.530)	135.202	-	-	-	89.034	-	-	1.724.114
METRÔRIO	1.058.468	550.000	(569.549)	(170.655)	110.574	180	-	(1.292)	(16.303)	-	12.847	974.270
METROBARRA	598.783	932.861	(600.794)	(49.452)	64.468	32.953	8.369	(6.718)	-	-	-	980.470
LAMBRA	1.530.037	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.530.037)	-	-
GRU AIRPORT	3.378.600	101.321	(1.000)	(312.622)	392.079	7.618	-	-	-	-	-	3.565.996
VIA040	780.783	160.479	(1.266)	(51.921)	30.553	97.740	-	(56.580)	-	-	-	959.788
Total dívida	11.686.095	1.824.661	(3.432.457)	(829.276)	1.180.025	138.491	15.899	(64.590)	57.945	(1.530.037)	(378.113)	8.668.643
Aplicações financeiras	(108.373)											(114.296)
Dívida líquida	11.577.722											8.554.347

*Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento de construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Segue abaixo a composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2018	143.181
2019	430.475
2020	517.213
2021	693.245
2022	782.502
2023	835.029
2024	704.565
2025	515.519
2026	415.006
2027	346.944
2028 em diante	1.060.010
	6.443.689

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
LAMSA	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	ICSD	≥ 1,3	Anual
		DL/EBITDA	≤ 2	Trimestral*
		EBITDA/DFL	≥ 1,5	Trimestral*
	Itaú BBA	ICSD	≥ 1,3	Anual
		DL/EBITDA	≤ 2	Trimestral*
	Santander	DL/EBITDA	≤ 3,0	Anual**
		DL/EBITDA	≤ 2,0	Anual***
CART	2ª Emissão de Debêntures/BNDES	ICSD	≥ 1,2	Semestral
		PL/AT	> 20%	Semestral
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF)	ICSD	≥ 1	Anual
	BNDES	EBITDA/RF **	≥ 2	Anual
	HSBC/CITIBANK	DIVIDA LIQUIDA/EBITDA	< 3,50	Trimestral
INVEPAR	Debêntures e Nota Promissória	CS/(CS+DL)	≥ 25%	Anual
METROBARRA	3ª Emissão de debêntures	ICSD	≥ 1,3	Anual
		DL/EBITDA	≥ 7,5	Anual até dez/2017
		DL/EBITDA	≥ 6,5	Anual até dez/2018
		DL/EBITDA	≥ 5,5	Anual até dez/2019
		DL/EBITDA	≥ 4,5	Anual até dez/2020
		DL/EBITDA	≥ 3,5	Anual até dez/2021
		DL/EBITDA	≥ 3	Anual até dez/2022
		DL/EBITDA	≥ 2,5	Anual até dez/2023
		DL/EBITDA	≥ 2	Anual a partir de jan/2024

(*) A quebra do Covenants só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.
(**) Resultado financeiro líquido
(***) O Covenants a partir dezembro de 2017.

Em 30 de setembro de 2017, as cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos ou debêntures foram atendidas.

INVEPAR

Em 15 de outubro de 2015, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos e sob o regime misto de colocação, mediante a emissão de 200.000 debêntures da Companhia, com valor nominal unitário de R$10, totalizando R$2.000.000 e tendo vencimento em 15 de outubro 2024. Parte dos recursos obtidos foi utilizada para o pré-pagamento de dívidas existentes - 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, 1ª e 2ª Emissões de Notas Promissórias Comerciais da Companhia e de Cédulas de Crédito Bancário - no montante equivalente a R$1.200.000, acrescidos dos juros correspondentes até a presente data e, a outra parte, para a realização de investimentos, direta ou indiretamente, em empresas nas quais a INVEPAR possui participação acionária.

Em 29 de dezembro de 2016, a INVEPAR efetuou o resgate antecipado de 168.626 debêntures da sua 3ª emissão de debêntures, com pagamento total de R$2.106.957. O restante da emissão foi adquirido pela LAMBRA no mercado secundário pagando o montante de R$390.960 pelas 31.374 debêntures, de forma que essas debêntures estão mantidas em tesouraria no grupo INVEPAR, não integrando o endividamento consolidado.

GRU AIRPORT

a) Em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série). Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a, correspondente a 1ª emissão.

b) Em 8 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R$1 cada, totalizando 300.000 debêntures. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente a 2ª emissão.

c) Em 28 de abril de 2016, GRU AIRPORT utilizou o montante de R$50.000 da conta garantida, com a finalidade de limite de crédito rotativo, com juros remuneratórios obtidos pela composição da taxa CDI Cetip e sobrepreço efetivo anual, incidentes sobre a média aritmética simples dos saldos devedores diários.

LAMSA

a) Durante o prazo de vigência das debêntures será considerada um evento de inadimplemento a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas limite mínimo 1,5 (um inteiro e cinco décimos); (2) Dívida Líquida / EBITDA limite máximo 2,0 (dois inteiros); e (3) ICSD limite mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos). A falta de cumprimento pela LAMSA dos índices anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses.

b) Em 7 de agosto de 2015, a LAMSA captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD14,320 sendo o dólar de início USD3,49 equivalente a R$50.000. O empréstimo tem remuneração de 3,2980% ao ano acrescida de variação cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação apresentou como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – Swap próprio e foram adquiridas pelo Itaú BBA Internacional PLC. O prazo de vencimento do empréstimo é de três anos, contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 7 de agosto de 2018. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 6º (sexto) mês contado da data de emissão, inclusive. O primeiro pagamento ocorreu em 10 de fevereiro de 2016 e o último pagamento será na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão.

c) Em 14 de março de 2016, a LAMSA captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD13,736 sendo o dólar de início USD3,64 equivalente a R$50.000. O empréstimo terá remuneração de 5,1615% ao ano acrescida de variação cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação apresentou como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – Swap próprio e foram adquiridas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.. O prazo de vencimento do empréstimo é de quatro anos,

contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de março de 2020. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 6º (sexto) mês contado da data de emissão, inclusive. O primeiro pagamento ocorreu em 14 de setembro de 2016 e o último pagamento será na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal ocorrerá a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão, após o período de carência.

METRÔRIO

a) Em 12 de março de 2014, foi celebrado um Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças com o Citibank N.A., especificamente destinado para fins societários em geral, incluindo, mas não se limitando a reforço de seu capital de giro, no valor de US$ 36,389, em parcela única, os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,2313 a.a., pagos em parcela única. Parte do principal foi pago em 11 de março de 2016.

b) Em 11 de março de 2016, foi celebrado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças entre o METRÔRIO e o Citibank N.A., no valor US$37,736 perfazendo o montante de R$140.000.000 (Cento e quarenta milhões de reais). Os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,7000 a.a., em 2 parcelas pagáveis em 13 de março de 2017 e 12 de março 2018. A forma de pagamento do principal será a partir de 366 dias contados da data de desembolso em 2 parcelas consecutivas, nas datas de 13 de março 2017 e 12 de março de 2018.

c) Em 12 de março de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos do METRÔRIO.

Para todos os fins de direito, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é a instituição intermediária líder responsável pela Oferta. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R$10, perfazendo o montante de R$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 13 de março de 2016.

d) Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos do METRÔRIO.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada pelo BB – Banco de Investimento S.A.. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 5.500 (cinco mil e quinhentas) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R$10, perfazendo o montante de R$55.000. O prazo de vencimento das Debêntures era de 18 meses contados da Data de Emissão, foi liquidado em 19 de maio de 2016.

e) Em 16 de maio de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 9ª Emissão de Notas Primissorias, com Esforços Restritos do METRÔRIO, em regime de garantia firme.

As Notas Promissórias foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada ao METRÔRIO pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de maio de 2016, e composta por 200 Notas Promissórias, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R$500, perfazendo o montante de R$100.000. O prazo de vencimento das Debêntures era de 180 dias contados da Data de Emissão, liquidado em 21 de novembro de 2016.

f) Em 16 de novembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 7ª Emissão de Debêntures simples, com Esforços Restritos do METRÔRIO, em regime de garantia firme.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada ao METRÔRIO pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de novembro de 2016, e composta por 10.000 Debêntures, com valor nominal unitário de R$10.000,00, perfazendo o montante de R$100.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 16 de maio de 2018.

g) Em 8 de março de 2012 foi celebrado o contrato de abertura de crédito nº 330.900.489 com o Banco do Brasil S.A. que previa um limite de crédito de R$18.000. Com vencimento em 08 de fevereiro de 2012, o contrato é prorrogado por períodos de 90 dias, sendo o próximo vencimento em 7 de julho de 2017. Em 6 de fevereiro de 2017, com objetivo de atender a demanda de fluxo de caixa, foi liberado o crédito de R$ 18.000. Os juros incidirão sobre o saldo devedor, calculados hoje à taxa de 144,87% do CDI a serem debitados mensalmente no último dia útil de cada mês.

CART

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da CART, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$1,00, totalizando R$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série forma emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.
Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 30 de setembro de 2017 é de R$46.972 (R$50.529 em 31 de dezembro de 2016).

Em 10 de fevereiro de 2011, a CART assinou contrato com o BNDES convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior. A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R$103.938. Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP. O crédito foi posto à disposição da CART a medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R$1.039.487 até 30 de setembro de 2017 (R$1.039.487 até 31 de dezembro de 2016), restando um saldo a liberar de R$12.755.

A CART possui conta garantida no Bradesco no limite de R$30.000, sobre o montante da dívida incidem juros à taxa CDI + 0,5% a.m. Em 30 de setembro de 2017, o montante no passivo circulante é de R$29.127.

VIA040

a) Em 10 de setembro de 2014, a VIA040 firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R$965.750, dividido em dois subcréditos: "A" R$717.130 e "B" R$248.620, destinado à prestação de serviço público de recuperação, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR 040. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,0% a.a. mais TJLP.

Originalmente, o principal e o juros da dívida seriam pagos ao BNDES em prestação única, no valor principal vincendo da dívida, que vencia em 15 de março de 2016 e que havia sido postergado para 15 de novembro de 2016 e depois para 15 de maio de 2017.

A VIA040 renegociou com o BNDES novo prazo de vencimento para 15 de novembro de 2017, com inclusão de mecanismo de repactuação automática da dívida com prazo final em 15 de maio de 2019, desde que apresente nova(s) carta(s) de fiança(s) ou aditivos às atuais em valor equivalente ao saldo devedor do contrato e a inclusão de nova hipótese de vencimento antecipado.

A partir de 15 de maio de 2017, a VIA040 encerrou o período de carência do financiamento e, conforme o novo acordo, iniciou a amortização do principal em parcelas mensais e sucessivas, no valor de 1/240 do saldo devedor, no período compreendido entre 15 de junho de 2017 (inclusive) e 15 de outubro de 2017 (inclusive), juntamente com as prestações dos juros incorridos em cada período. Os juros incididos após o dia 15 de novembro de 2016 estão sendo pagos mensalmente desde dia 15 de dezembro de 2016.

As liberações ocorridas, referentes aos subcréditos A e B, foram as seguintes:

Subcrédito	Data	Montante
A	22 de setembro de 2014	R$322.000
	26 de dezembro de 2014	R$190.000
	22 de maio de 2015	R$117.000
	27 de agosto de 2015	R$22.814
	24 de setembro de 2015	R$65.403
B	25 de janeiro de 2016	R$83.085
	27 de janeiro de 2016	R$77.394

Como garantia ao fiel cumprimento das obrigações da VIA040 para com o BNDES, a INVEPAR, alienou fiduciariamente, por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, as ações que detêm da VIA040 como garantia ao pagamento do Empréstimo PONTE, aos bancos fiadores da operação.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES.
Em 30 de setembro de 2017, todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas.

O contrato de empréstimo PONTE celebrado com o BNDES, prevê como hipótese de vencimento cruzado do débito a extinção do Contrato de Concessão. O contrato de prestação de fiança celebrado pela VIA040 com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e BB Banco de Investimentos S.A., para garantia do empréstimo PONTE BNDES, prevê a possibilidade de exigência de substituição e/ou

devolução antecipada das cartas de fiança em vigor, caso (i) seja declarado o vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da VIA040 e/ou da INVEPAR, na qualidade de interveniente-garantidora, com os fiadores e seus controladores e/ou qualquer de suas controladas e coligadas; (ii) constatado o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da VIA040, na qualidade de afiançada, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R$10.000 ou (iii) ocorra o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da INVEPAR, na qualidade de interveniente garantidora, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R$50.000.

METROBARRA

a) Em 22 de dezembro de 2015, o METROBARRA realizou a quarta emissão de debêntures privadas, com esforços restritos no valor de R$600.000.

Tais debêntures não eram conversíveis em ações e não possuíam cláusula de repactuação. As debêntures foram remuneradas a CDI + 3,5% ao ano, e tinha vencimento em 21 de maio de 2016 e eram garantidas pela alienação fiduciária das ações do METROBARRA.

Em 12 de maio de 2016, o METROBARRA assinou junto à CEF o boletim de subscrição para emissão de debêntures no montante de R$932.861, no qual o principal objetivo é a quitação das debêntures no montante de R$600.000.

Em 13 de maio de 2016, os recursos foram liberados pela CEF, equalizando assim, a estrutura de capital do METROBARRA.

Em 21 de junho de 2016, o METROBARRA cumpriu as condições precedentes de desbloqueio comprovando que todos os valores da 1ª liberação foram desembolsados conforme as regras da escritura das debêntures e com isso conseguiu a liberação de R$900.100 para conta de livre movimentação, equalizando assim, a estrutura de capital do METROBARRA.

Aplicações financeiras vinculadas

Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Companhia reclassificou as aplicações financeiras vinculadas a dívida no montante de R$195.919 conforme abaixo:

METRÔRIO

- R$4.860, referem-se à aplicação em fundo de investimento junto a instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES.
- R$16.638, refere-se à aplicação em CDB junto a Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010.

CLN

- R$2.145, referem-se a aplicações em CDB do Banco do Nordeste do Brasil e mantidas até o vencimento pela controlada CLN por estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

CART

- R$76.617, efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a controlada CART deve constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 6 meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" até agosto de 2013; (ii) 7 meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015.

  As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a taxa de 75,0% a 100,25% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (em 31 de dezembro de 2016, a taxa de 95,0% a 102,5% do CDI).

- R$67.063, efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a CART deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

METROBARRA

- R$28.596, efetuadas em conexão com a cláusula estipulada nos termos da Escritura de Emissão da 3ª emissão debêntures, que determinam que o METROBARRA deva constituir uma conta reserva, até um mês antes, da data do primeiro pagamento de principal, juros e/ou eventuais acessórios, o que ocorrer primeiro, das Debêntures. Está aplicação é uma CDB e está indexada pelo CDI em 90% com vencimento em 18 de março de 2019.

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

		Outorga Variável		Outorga Fixa				30/09/2017
	31/12/2016	Atualização resultado	Pagamento	Atualização resultado	Atualização intangível	Transferência	Pagamento	
Outorga METRÔRIO (a)	1.824	-	-	(51)	-		-	1.773
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.249.535	147.071	(187.102)	44.485	21.565	1.161.299	(298.125)	2.138.728
Outorga CART (c)	437	3.791	(3.774)	-	-	-	-	454
Circulante	1.251.796	150.862	(190.876)	44.434	21.565	1.161.299	(298.125)	2.140.955
Outorga METRÔRIO (a)	52.094	-	-	4.260	-	-	(208)	56.146
Outorga GRU AIRPORT (b)	11.747.091	-	-	487.927	148.740	(1.161.299)	-	11.222.459
Não Circulante	11.799.185	-	-	492.187	148.740	(1.161.299)	(208)	11.278.605
Total	13.050.981	150.862	(190.876)	536.621	170.305	-	(298.333)	13.419.560

		Outorga Variável		Outorga Fixa				
	31/12/2015	Atualização resultado	Pagamento	Atualização resultado	Atualização intangível	Transferência	Pagamento	31/12/2016
Outorga METRÔRIO (a)	2.171	-	-	(347)	-	-	-	1.824
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.216.367	147.162	(183.541)	73.515	41.018	1.099.760	(1.144.746)	1.249.535
Outorga CART (c)	415	4.800	(4.778)	-	-	-	-	437
Circulante	1.218.953	151.962	(188.319)	73.168	41.018	1.099.760	(1.144.746)	1.251.796
Outorga METRÔRIO (a)	47.651	-	-	6.007	-	-	(1.564)	52.094
Outorga GRU AIRPORT (b)	11.648.477	-	-	811.773	386.601	(1.099.760)	-	11.747.091
Não Circulante	11.696.128	-	-	817.780	386.601	(1.099.760)	(1.564)	11.799.185
Total	12.915.081	151.962	(188.319)	890.948	427.619	-	(1.146.310)	13.050.981

(a) O saldo referente ao METRÔRIO no montante de R$1.773 refere-se:

1. Ônus da concessão assumido no processo de licitação no montante de R$933 (R$960 em 31 de dezembro de 2016), repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.

2. O valor de R$840 (R$864 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do METRÔRIO até janeiro de 2038.

O valor de R$56.146 (R$52.094 em 31 de dezembro de 2016), líquido do montante penhorado da renda e já depositado judicialmente, no valor total de R$59.253 (R$56.293 em 31 de dezembro de 2016) refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2014, o METRÔRIO recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e Estação General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (RIOTRILHOS) e Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (CMRJ). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, o METRÔRIO mantém a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

(b) Pela assinatura do contrato de concessão, a controlada GRU AIRPORT se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R$16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% conforme OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R$810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva dois meses antes, os pagamentos serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil).

Além da contribuição fixa, a controlada GRU AIRPORT também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual, deduzida da receita de construção. Caso a receita bruta anual observada pela controlada GRU AIRPORT exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Em 12 de maio de 2017, GRU AIRPORT comunicou ao mercado que, tendo em vista a proposta de reprogramação do pagamento da contribuição fixa anual devida no ano de 2017, encaminhada por GRU AIRPORT em janeiro de 2017 à Secretaria de Aviação Civil, a qual, até a data limite da composição da Conta Reserva, 12 de maio de 2017, não havia sido respondida. GRU AIRPORT não realizou a composição da Conta Reserva prevista nos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Bancos Repassadores e a nas escrituras da 1ª e da 2ª emissão de debêntures de GRU AIRPORT, uma vez que a obrigação de pagamento da outorga fixa poderá ser postergada de julho de

2017 para dezembro de 2017, devido a publicação da Portaria nº 135 do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a qual, dentre outros temas, tratou da possibilidade de se autorizar a reprogramação do cronograma de recolhimento da Contribuição Fixa dos contratos de concessão federal para ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária celebrados até 31 de dezembro de 2016. Em 17 de agosto de 2017, através da Nota Técnica nº 11(SEI)/2017/SRA, a ANAC consentiu a reprogramação do fluxo de pagamento das outorgas, tal aprovação está em avaliação por GRU AIRPORT.

Reequilíbrio econômico financeiro de GRU AIRPORT

Em 30 de outubro de 2014, GRU AIRPORT protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão ANAC 121, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à INFRAERO no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada, entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC decidiu aprovar a 1ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R$113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

Conforme estabelecido na decisão nº 191 da ANAC a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.744
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal, e eventuais diferenças relativas as estimativas dos anos anteriores deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA, calculado pelo IBGE, acumulado ente abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

(c) A partir de 1º de novembro de 2013, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta da CART foi reduzido de 3%, para 1,5%, conforme deliberação do Conselho Diretor da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP). O pagamento ocorre mensalmente.

15. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

As controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

	Consolidado				
Natureza do risco	31/12/2016	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	30/09/2017
Trabalhistas	20.854	3.493	(1.429)	2.912	25.830
Cíveis	12.048	4.463	(3.217)	882	14.176
Tributários	2.525	1.857	(133)	13	4.262
Outros	3.172	237	(21)	25	3.413
Total	38.599	10.050	(4.800)	3.832	47.681

	Consolidado					
Natureza do risco	31/12/2015	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	Operações descontinuadas	31/12/2016
Trabalhistas	14.086	5.932	(1.515)	2.351	-	20.854
Cíveis	10.389	3.800	(2.919)	866	(88)	12.048
Tributários	10	3.900	(1.375)	-	(10)	2.525
Outros	1.695	1.664	(201)	14	-	3.172
Total	26.180	15.296	(6.010)	3.231	(98)	38.599

a) Riscos trabalhistas

As controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

As controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos nos sistemas rodoviário, metroviário e aeroportuário.

c) Riscos tributários

A controlada METRÔRIO optou pelo contingenciamento dos valores da ação judicial referente a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado.

d) Riscos possíveis

A Companhia e suas controladas são rés em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais com probabilidade de desembolso futuro possível como se segue:

	Consolidado	
Natureza do risco	30/09/2017	31/12/2016
Trabalhistas	55.627	34.009
Cíveis	98.270	79.873
Tributários	4.687	3.587
Ambientais	7.791	411
Total	166.375	117.880

A Controlada METRÔRIO possui como principais causas trabalhistas, no montante de R$20.595: sucessão, acidente de trabalho, periculosidade, horas extras, equiparação e reversão por justa causa; e como causas cíveis: sucessão, terceirização e superlotação.

A Controlada GRU AIRPORT possui Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, de natureza tributária, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadoria sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto.

e) Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

Do montante de R$83.561, o saldo principal de R$49.847 refere-se a controlada METRÔRIO, que possui bloqueios judiciais no montante de R$1.936 em 30 de setembro de 2017 (R$2.367 em 31 de dezembro de 2016) e valores relacionados à depósitos judiciais para causas não consideradas de desembolso futuro provável, conforme discriminados abaixo:

Depósitos recursais

Em 30 de setembro de 2017, o METRÔRIO possuía R$26.037 em depósitos recursais (R$25.532 em 31 de dezembro de 2016).

Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra o METRÔRIO, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (CMRJ), nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.
Desta forma o METRÔRIO interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros em 30 de setembro de 2017 é de aproximadamente R$28.700 (R$30.183 em 31 de dezembro de 2016), sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 30 de setembro de 2017, o montante penhorado da renda e já depositado judicialmente é de R$21.874 (R$20.513 em 31 de dezembro de 2016).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2017 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$3.867.919, representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais. O capital social autorizado da Companhia é de R$3.926.454.

Em 25 de abril de 2017, foi aprovado aumento de capital, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de reservas de capital, no valor de R$515.961.

As composições acionárias da Companhia em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão assim constituída:

	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Construtora OAS S.A.	1	-	1	0,00
OAS Infraestrutura S.A.	35.764.280	69.117.380	104.881.660	24,44
BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56
Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Total	143.057.124	286.114.248	429.171.372	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 30 de setembro de 2017 e 2016 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	Consolidado			
	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Receita de pedágio	742.156	711.375	169.138	244.748
Receita com passagens	724.631	662.526	345.578	234.923
Receitas de aeronaves e passageiros	686.337	457.523	243.218	159.332
Receita com armazenagem e capatazia	387.294	254.282	140.289	91.388
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	716.095	725.521	253.693	253.450
Outras receitas	8.985	7.858	3.105	2.765
Impostos, deduções e cancelamentos	(554.119)	(258.529)	(196.769)	(88.694)
Receita de serviços	2.711.379	2.560.556	958.252	897.912
Receita de construção	255.011	420.861	106.761	97.207
Receita total	2.966.390	2.981.417	1.065.013	995.119

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) às isenções de pedágio que não atendem aos critérios de reconhecimento da receita contábil, porém são incluídas na base tributária; e (ii) Receita de construção e o custo de construção, proveniente da aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

Custos e despesas por natureza

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016 (Reapresentado)	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016 (Reapresentado)
Pessoal e encargos	(53.685)	(46.228)	(18.983)	(18.028)	(466.279)	(468.602)	(149.402)	(175.755)
Conservação e manutenção	(2.075)	(1.419)	164	(410)	(190.960)	(201.923)	(67.038)	(67.616)
Comunicação, marketing e publicidade	(473)	(589)	(14)	(37)	(8.747)	(10.976)	(1.700)	(4.539)
Seguros e garantias	(258)	(191)	(103)	(119)	(24.804)	(19.433)	(8.413)	(9.043)
Serviços de terceiros	-	(2)	-	-	(44.132)	(45.028)	(14.420)	(15.343)
Veículos	(24)	(25)	(6)	(8)	(12.096)	(11.861)	(4.119)	(3.693)
Consultoria e assessoria	(9.700)	(8.574)	(3.137)	(3.251)	(29.460)	(34.073)	(9.204)	(11.485)
Aluguéis e impostos	(2.447)	(2.278)	(789)	(742)	(41.544)	(37.108)	(12.866)	(10.622)
Energia elétrica	-	-	-	-	(93.146)	(120.535)	(29.196)	(38.525)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa e riscos	(19)	-	(19)	-	(59.028)	(23.466)	(15.710)	(7.879)
Serviços compartilhados	46.148	31.639	20.098	11.057	-	-	-	-
Provisão de manutenção	-	-	-	-	(17.513)	(6.996)	(5.856)	(2.584)
Outorga variável	-	-	-	-	(148.436)	(140.708)	(53.007)	(48.866)
Depreciação e amortização	(4.366)	(25.353)	(1.450)	(7.912)	(841.511)	(798.385)	(281.645)	(267.485)
Custo de construção	-	-	-	-	(252.820)	(415.436)	(105.796)	(96.136)
Outros	(4.516)	(3.648)	(2.170)	(1.094)	(138.586)	(148.855)	(47.413)	(51.390)
	(31.415)	(56.668)	(6.409)	(20.544)	(2.369.062)	(2.483.385)	(805.785)	(810.961)
Custo de serviços prestados	-	-	-	-	(1.693.821)	(1.678.710)	(565.412)	(565.220)
Custo de construção	-	-	-	-	(252.820)	(415.436)	(105.796)	(96.136)
Despesas gerais e administrativas	(31.415)	(56.668)	(6.409)	(20.544)	(422.421)	(389.239)	(134.577)	(149.605)
	(31.415)	(56.668)	(6.409)	(20.544)	(2.369.062)	(2.483.385)	(805.785)	(810.961)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016 (Reapresentado)	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016 (Reapresentado)
Receitas financeiras								
Juros ativos	63.507	73.059	55.685	43.200	17.280	41.384	5.863	33.361
Juros sobre aplicações financeiras	19.461	11.766	1.157	5.163	76.045	94.109	17.084	29.442
Operações de Hedge	266	1.926	-	(906)	266	1.926	-	(906)
Variação monetária ativa	737	238	230	-	2.602	1.918	805	239
Variações cambiais ativas	-	269	-	6	11.386	64.210	3.218	10.467
Total receitas financeiras	83.971	87.258	57.072	47.463	107.579	203.547	26.970	72.603
Despesas financeiras								
Comissões e despesas bancárias	(2.156)	(23.207)	(113)	(20.031)	(23.633)	(31.749)	(9.927)	(23.749)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10)	(5)	-	(2)	(323.099)	(343.027)	(104.324)	(121.444)
Operações de hedge	(322)	-	1	-	(21.833)	(71.983)	(9.917)	(2.379)
Variação monetária passiva	-	-	-	-	(44.434)	(94.172)	(13.137)	(21.966)
Variações cambiais passivas	(210)	-	(6)	-	(13.911)	(21.557)	(3.036)	(11.793)
Juros sobre debêntures	(42.371)	(321.458)	(13.848)	(98.077)	(242.266)	(578.877)	(70.832)	(167.779)
Atualização da outorga de GRU (*)	-	-	-	-	(535.685)	(808.588)	(212.271)	(227.053)
Outros	(179)	(37)	-	(5)	(5.680)	(22.590)	1.028	(6.163)
Total despesas financeiras	(45.248)	(344.707)	(13.966)	(118.115)	(1.210.541)	(1.972.543)	(422.416)	(582.326)
Total resultado financeiro	38.723	(257.449)	43.106	(70.652)	(1.102.962)	(1.768.996)	(395.446)	(509.723)

(*) A Concessionária se obriga a pagar à União a contribuição fixa, paga em parcelas anuais reajustada pelo IPCA. A atualização da outorga referente a 30 de setembro de 2017 totaliza R$705.990 dos quais R$170.305 foram capitalizadas ao intangível e R$535.685 foram registradas como despesa financeira do período.

19. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 30 de setembro de 2017 e 2016.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/01/2017 a 30/09/2017			01/01/2016 a 30/09/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo das operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(79.277)	(158.577)	(237.854)	(261.114)	(522.306)	(783.420)
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico por ação (R$)	(0,554)	(0,554)		(1,825)	(1,825)	

	01/07/2017 a 30/09/2017			01/07/2016 a 30/09/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(12.569)	(25.142)	(37.711)	(68.507)	(137.035)	(205.542)
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico por ação (R$)	(0,088)	(0,088)		(0,479)	(0,479)	

	01/01/2017 a 30/09/2017			01/01/2016 a 30/09/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador diluído						
Prejuízo das operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(79.277)	(158.577)	(237.854)	(261.114)	(522.306)	(783.420)
(-) Efeito da diluição da participação na CRT - refrente às debêntures conversíveis em ações	(451)	(902)	(1.353)	(578)	(1.157)	(1.735)
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado	(79.728)	(159.479)	(239.207)	(261.692)	(523.463)	(785.155)
Denominador diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo diluído por ação (R$)	(0,557)	(0,557)		(1,830)	(1,830)	

	01/07/2017 a 30/09/2017			01/07/2016 a 30/09/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador diluído						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(12.569)	(25.142)	(37.711)	(68.507)	(137.035)	(205.542)
(-) Efeito da diluição do participação na CRT - refrente às debêntures conversíveis em ações	16	33	49	(244)	(489)	(733)
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado	(12.553)	(25.109)	(37.662)	(68.751)	(137.524)	(206.275)
Denominador diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo diluído por ação (R$)	(0,088)	(0,088)		(0,481)	(0,481)	

Não ocorreram outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis. A coligada CRT possui debêntures conversíveis em ações. Em GRUPAR, a ACSA (*Airports Company South Africa)* aumentou sua participação de 10% para 20% do capital em outubro de 2015. Conforme demonstrado no cálculo de diluição acima, há diferença entre o cálculo do resultado por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia e suas controladas mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência			Seguradora
			Início	Vencimento		
INVEPAR (METRO/CART/LAMSA/CLN/LAMBRA/ GRU/GRUPAR/PEX/INSTITUTO INVEPAR/METROBARRA/VIA040)	D&O	100.000.000	20/03/2017	20/03/2018		XL Seguros
INVEPAR (METRO/CART/LAMSA/CLN/ METROBARRA/VIA040)	RO	280.000.000	01/08/2017	01/08/2018		TOKIO
INVEPAR (METRO/CART/LAMSA/CLN /METROBARRA/VIA040)	RCG	100.000.000	01/08/2017	01/08/2018		TOKIO
INVEPAR	MPREENSIVO EMPRESAF	11.900.000	23/01/2017	23/01/2018		FAIRFAX
METRORIO	AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/12/2016	31/12/2017		SURA
METRORIO	TRANS.NAC.	4.000.000	28/02/2017	28/02/2018		SURA
METRORIO	SEGURO GARANTIA	159.397	16/02/2016	16/02/2018		TOKIO
METRORIO	SEGURO GARANTIA	35.033	22/02/2016	22/02/2019		TOKIO
METRORIO	SEGURO GARANTIA	6.964.242	14/07/2015	14/07/2019		TOKIO
METRORIO	SEGURO GARANTIA	1.177.445	18/11/2015	18/11/2017		TOKIO
METRORIO	SEGURO GARANTIA	78.192	22/02/2016	22/02/2018		TOKIO
METRORIO	SEGURO GARANTIA	422.392	23/11/2016	23/11/2019		POTTENCIAL
METRORIO	SEGURO GARANTIA	817.392	25/11/2016	25/11/2019		POTTENCIAL
METRORIO	SEGURO GARANTIA	898.593	25/11/2016	25/11/2019		POTTENCIAL
METRORIO	SEGURO GARANTIA	3.209.369	10/10/2017	25/09/2019		POTTENCIAL
METRORIO	SEGURO GARANTIA	2.823.394	28/09/2017	28/09/2022		POTTENCIAL
METRORIO	SEGURO GARANTIA	1.715.984	08/11/2016	08/11/2019		POTTENCIAL
METRORIO	TRANS.INT.IMP.	U$ 3,000,000	28/02/2017	28/02/2018		SURA
METRORIO	RE	639.360	14/08/2017	15/12/2017		ALLIANZ
LAMSA/INVEPAR	AUTO FROTA	TABELA FIPE	29/09/2016	29/11/2017		ITAÚ
LAMSA	GARANTIA CONCESSÃO	22.528.387	18/12/2016	18/12/2017		AUSTRAL
CART	GARANTIA CONCESSÃO	46.394.157	16/03/2017	16/03/2018		Pottencial
CART	GARANTIA CONCESSÃO	134.688.837	16/03/2017	16/03/2018		Pottencial
CART	MPREENSIVO EMPRESAF	16.160.000	13/01/2017	13/01/2018		TOKIO
CLN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	24/11/2016	24/11/2017		ITAÚ
CLN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	20/10/2016	20/10/2017	**	ITAÚ
CLN	GARANTIA CONCESSÃO	5.991.681	23/02/2017	23/02/2018		POTTENCIAL
GRU	AUTO FROTA	DIVERSOS	24/05/2017	24/05/2018		ITAÚ SEGURO
GRU	RO	1.600.000.000	24/05/2017	24/05/2018		TOKIO
GRU	RD/Caminhão	DIVERSOS	24/05/2017	24/05/2018		ALLIANZ
GRU	; HANGAR E SERV. AERO	USD 500,000,000.00	24/05/2017	24/05/2018		MAPFRE
GRU	GARANTIA CONCESSÃO	449.904.162	04/06/2017	04/06/2018		FATOR
GRU	GARANTIA CONCESSÃO	167.972.433	04/06/2017	04/06/2018		POTTENCIAL
GRU	EQUIPAMENTOS	10.443.645	24/05/2017	24/05/2018		ALLIANZ
VIA040	.MOXARIFADO/NOVA LIM	6.780.000	20/01/2017	20/01/2018		MITSUI SUMITOMO
VIA040	ALMOXARIFADO	1.750.000	08/03/2017	09/03/2018		PORTO SEGURO
VIA040	FIANÇA LOCATÍCIA	539.897	28/08/2016	28/08/2018		POTTENCIAL
VIA040	FROTA	TABELA FIPE	18/09/2017	18/09/2018		ITAÚ SEGURO
VIA040	GARANTIA CONCESSÃO	505.133.917	20/03/2017	20/03/2018		BANCO FATOR
CBN	RO	200.000.000	17/08/2017	29/12/2018		XL Seguros
CBN	RCG	30.000.000	17/08/2017	17/08/2018		HDI Gerling
CBN	GARANTIA CONCESSÃO	33.548.800	18/08/2017	18/08/2018		AUSTRAL
CBN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	30/09/2017	30/09/2018		TOKIO
CBN	D&O	40.000.000	08/04/2017	08/04/2018		AXA
CRA	SEGURO GARANTIA	31.843.392	04/12/2016	04/12/2017		BANCO FATOR
CRA	RCG	30.000.000	29/06/2017	29/06/2018		HDI Gerling
CRA	RO	180.828.556	29/06/2017	29/12/2018		XL Seguros
CRA	D&O	20.000.000	08/06/2017	08/06/2018		AXA
CRT	RO	65.000.000	11/07/2017	11/07/2018		AIG
CRT	AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/08/2017	30/01/2018		TOKIO
CRT	AUTO FROTA	TABELA FIPE	30/01/2017	30/01/2018		TOKIO
CRT	SEGURO GARANTIA	27.535.080	22/11/2016	22/11/2017		FATOR
CRT	RCG	10.000.000	12/09/2017	12/09/2018		FAIRFAX
VIARIO	D&O	20.000.000	21/10/2016	21/10/2017	*	XL Seguros
VIARIO	RO	326,384,000.00	09/07/2017	09/07/2018		CHUBB
VIARIO	RCG	68.652.066	09/07/2017	09/07/2018		CHUBB
VIARIO	GARANTIA CONCESSÃO	42.430.200	15/07/2017	15/07/2018		J.Malucelli
VIARIO	RE	1.703.729.529	14/11/2012	14/11/2017		ZURICH
VLT	RO	455.098.302	25/08/2017	25/08/2018		CHUBB
VLT	RCG	100.000.000	04/06/2017	04/06/2018		TOKIO
VLT	D&O	50.000.000	31/03/2017	31/03/2018		ZURICH
VLT	RE	1.607.168.317	30/09/2017	15/09/2018		ZURICH
VLT	GARANTIA CONCESSÃO	156.688.408	23/06/2017	23/06/2018		J.Malucelli
METROBARRA	RE	16.250.000	16/10/2013	31/12/2017		CHUBB
METROBARRA	RCOBRAS	11.000.000	16/10/2013	31/12/2017		CHUBB
METROBARRA	SEGURO GARANTIA	25.185.247	25/07/2014	30/12/2017		SWISS RE

* Renovado para janeiro de 2018
** Renovado para outubro de 2018

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

	Controladora			
	30/09/2017		31/12/2016	
Instrumentos financeiros	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	140	-	7.391	-
Aplicações financeiras	149.346	-	458.551	-
Partes relacionadas	-	278.642	-	151.224
Dividendos e JSCP propostos	-	21.085	-	20.410
Total do ativo	149.486	299.727	465.942	171.634
Passivos				
Fornecedores	-	2.771	-	4.341
Partes relacionadas	-	-	-	1.568
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	433.465	-	390.960
Dividendos e JSCP propostos	-	22.842	-	22.842
Obrigações com empregados e administradores	-	22.531	-	17.126
Total do passivo	-	481.609	-	436.837

	Consolidado			
	30/09/2017		31/12/2016	
Instrumentos financeiros	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	73.024	-	196.372	-
Aplicações financeiras	634.417	-	692.939	-
Contas a receber	-	346.600	-	350.557
Partes relacionadas	-	146.987	-	98.655
Total do ativo	707.441	493.587	889.311	449.212
Passivos				
Fornecedores	-	270.147	-	260.561
Partes relacionadas	-	-	-	8.666
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	8.427.961	-	8.554.347
Instrumentos financeiros derivativos	28.822	-	42.071	-
Dividendos e JSCP propostos	-	24.073	-	24.073
Concessão de serviço público	-	13.419.560	-	13.050.981
Total do passivo	28.822	22.141.741	42.071	21.898.628

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

- *Contas a receber*

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

- *Empréstimos, financiamentos*

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto à BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como "passivos financeiros não mensurados a valor justo", exceto nas Controladas CART e GRU AIRPORT, as debêntures em 30 de setembro de 2017 tinham, respectivamente, os valores de R$ 807.192 e R$ 695.380 (R$978.247 e 639.142 em 31 de dezembro de 2016).

- *Concessão de serviço público*

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia

mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 5.

d) Risco de taxa de câmbio

O grupo gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por *hedge* por prazo indeterminado. É política do grupo negociar os termos dos derivativos designados na relação de *hedge*, mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do *hedge* de modo a maximizar a eficácia do *hedge*. O grupo mantém cobertura (*hedge*) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando *swaps* de moedas e contratos cambiais a termo.

e) Operação de derivativos

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, de natureza operacional ou financeira e eventualmente de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados.

Em 30 de setembro de 2017, METRÔRIO e LAMSA possuíam operações com instrumento financeiros com características de derivativos para proteção dos contratos já firmados em moedas estrangeiras conforme demostrado abaixo. O METROBARRA liquidou as NDF´s em 27 de janeiro e 22 de fevereiro de 2017.

Em aberto

METRÔRIO

2017							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	CITIBANK	11/03/2016	12/03/2018	120.000	Dólar	-	(22.580)
						Passivo circulante	(22.580)

2016							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	CITIBANK	-	12/03/2018	140.000	Dólar	-	(31.764)
						Passivo circulante	(31.764)

LAMSA

2017							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	ITAÚ	07/08/2015	07/08/2018	50.000	Dólar	n/a	(2.178)
SWAP	SANTANDER	14/03/2016	16/03/2020	50.000	Dólar	n/a	(4.064)
						Passivo circulante	(6.242)

2016							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	ITAÚ	07/08/2015	07/08/2018	50.000	Dólar	n/a	(4.943)
SWAP	SANTANDER	-	16/03/2020	50.000	Dólar	n/a	(4.453)
						Passivo circulante	(9.396)

Liquidados

METRÔRIO

2017

Tipo da operação	Banco	Data de início	Liquidação	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	CITIBANK	11/03/2016	13/03/2017	140.000	Dólar	-	(21.477)
							(21.477)

LAMSA

2017

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	ITAÚ	07/08/2015	07/02/2017	10.000	Dólar	n/a	(3.521)
SWAP	SANTANDER	14/03/2016	14/03/2017	50.000	Dólar	n/a	(3.760)
						Passivo circulante	(7.281)

2016

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	SANTANDER	10/03/2015	14/09/2016	50.000	Dólar	3,1541	(3.760)
							(3.760)

METROBARRA

2017

Tipo da operação	Banco	Data de início	Liquidação	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	14/07/2016	22/02/2017	1.500	Dólar	3,01	(635)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/08/2016	27/01/2017	3.000	Dólar	3,18	(875)
							(1.510)

2016

Tipo da operação	Banco	Data de início	Liquidação	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	27/01/2016	2.782	Dólar	3,79	854
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	15/12/2015	27/01/2016	632	Dólar	4,37	47
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	15/12/2015	27/01/2016	858	Dólar	4,37	64
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	15/12/2015	27/01/2016	427	Dólar	4,37	32
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	15/01/2015	29/02/2016	935	Euro	3,42	846
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/01/2016	29/02/2016	427	Euro	4,46	(56)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/01/2016	29/02/2016	381	Euro	4,46	(50)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/01/2016	28/03/2016	1.681	Euro	4,51	(645)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/03/2015	28/03/2016	134	Euro	3,87	35
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	15/01/2015	31/03/2016	935	Dólar	3,45	601
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	27/04/2016	635	Dólar	4,00	(119)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/04/2016	1.800	Dólar	3,96	(940)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	27/05/2016	1.311	Dólar	3,99	(370)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	28/03/2016	27/05/2016	1.800	Dólar	3,99	(370)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	30/05/2016	1.800	Dólar	4,03	(927)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	03/03/2016	30/05/2016	1.450	Dólar	4,03	(486)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/06/2016	540	Dólar	3,33	(361)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	06/06/2016	932	Dólar	4,01	(259)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	03/03/2016	29/06/2016	150	Dólar	3,68	(111)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/06/2016	918	Dólar	3,68	(553)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	30/06/2016	1.800	Dólar	3,61	(1.801)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/07/2016	1.503	Dólar	3,63	(1.050)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	03/03/2016	29/07/2016	90	Dólar	3,63	(77)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/08/2016	1.082	Dólar	3,22	(937)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/01/2016	29/08/2016	2.814	Dólar	3,22	(3.321)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/08/2016	874	Dólar	3,61	(665)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	28/09/2016	1.748	Dólar	3,63	(1.434)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	14/07/2016	28/10/2016	1.500	Euro	3,76	(492)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	14/07/2016	24/11/2016	1.500	Euro	3,80	(476)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	14/07/2016	15/12/2016	1.500	Euro	3,84	(475)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	28/10/2016	756	Dólar	4,18	(330)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	28/10/2016	450	Euro	4,49	(783)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	30/11/2016	1.092	Euro	4,54	(1.016)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	VOTORANTIM	15/01/2015	29/01/2016	935	Dólar	3,38	1.007
							(14.618)

f) Risco de liquidez

O grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

30 de setembro de 2017	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.984.272	2.566.616	3.877.073	8.427.961
Fornecedores	264.557	5.590	-	270.147
Concessão de serviço público	2.140.955	-	11.278.605	13.419.560

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial consolidado da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM:

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Selic (% ao ano)	10,04%	7,53%	5,02%
DI Ativo (% ao ano)	10,07%	7,55%	5,04%
DI Passivo (% ao ano)	10,07%	12,59%	15,11%
TR Ativo (% ao ano)	0,80%	0,60%	0,40%
TR Passivo (% ao ano)	0,80%	1,00%	1,20%
TJLP (% ao ano)	7,15%	8,94%	10,73%
Taxa Câmbio Ativo (R$/US$)	R$3,16	R$2,37	R$1,58
Taxa Câmbio Passivo (R$/US$)	R$3,16	R$3,95	R$4,74
IPCA Ativo (% ao ano)	2,93%	2,20%	1,47%
IPCA Passivo (% ao ano)	2,93%	3,66%	4,40%

Fonte: BACEN, BNDES, IBGE, CETIP e BM&F BOVESPA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 30 de setembro de 2017, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

g.1) Ativo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
METRÔRIO	Equivalente de caixa	DI	9.797	987	740	493
METRÔRIO	Aplicações Financeiras	DI	47.682	4.802	3.601	2.401
CLN	Aplicações Financeiras	DI	3.745	377	283	189
CART	Equivalente de caixa	DI	4.909	494	371	247
GRU AIRPORT	Equivalente de caixa	DI	236.971	23.863	17.897	11.931
GRU AIRPORT	Aplicações Financeiras	DI	86.388	8.699	6.524	4.350
INVEPAR	Aplicações Financeiras	DI	13.079	1.317	988	659
LAMSA	Equivalente de caixa	DI	409	41	31	21
LAMBRA	Aplicações Financeiras	DI	498	50	38	25
METROBARRA	Equivalente de caixa	DI	8.023	808	606	404
METROBARRA	Aplicações Financeiras	DI	45.403	4.572	3.429	2.286
VIA040	Aplicações Financeiras	DI	4.127	416	312	208
			461.031	46.426	34.819	23.213
Fundo Mover						
Certificados de Depósito Bancário CDB		DI	62.344	6.278	4.709	3.139
Letras financeiras do tesouro		SELIC	2.064	207	155	104
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional		IPCA	135.906	3.982	2.987	1.991
			200.314	10.467	7.851	5.234

g.2) Passivo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
METRÔRIO	BNDES	TJLP	254.974	18.231	22.788	27.346
METRÔRIO	FINEP	TJLP	1.104	79	99	118
METRÔRIO	Financiamento CAIXA	TR	245.648	1.965	2.456	2.948
METRÔRIO	Debênture	DI	285.026	28.702	35.878	43.053
METRÔRIO	CITIBANK	DI	105.052	10.579	13.223	15.868
METRÔRIO	BB	DI	18.000	1.813	108	72
LAMSA	Debênture	TR	316.483	2.532	3.165	3.798
LAMSA	Empréstimo	DI	49.319	4.966	493	592
CART	BNDES	TJLP e TRB	721.914	51.617	64.521	77.425
CART	Debênture	IPCA	998.163	29.246	36.558	43.869
METROBARRA	Debênture	DI	1.013.493	102.059	127.573	153.088
GRU AIRPORT	Empréstimo	TJLP	2.862.057	204.637	255.796	306.956
GRU AIRPORT	Debêntures	IPCA	755.535	22.137	27.671	33.206
CLN	Empréstimo	DI	33.864	271	4.263	5.115
VIA040	Empréstimo	TJLP	963.248	68.872	86.090	103.308
TOTAL			8.623.880	547.706	680.683	816.763
Aplicações financeiras vinculadas		DI	(195.919)	(19.729)	(14.797)	(9.865)
Total			8.427.961	527.977	665.887	806.898

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.427.961	8.554.347
Obrigações com poderes concedentes	13.419.560	13.050.981
Caixa e equivalentes de caixa	(73.024)	(196.372)
Aplicações financeiras	(634.417)	(692.939)
Dívida líquida	21.140.080	20.716.017
Patrimônio líquido	2.060.540	2.579.255
Patrimônio líquido e dívida líquida	23.200.620	23.295.272

i) Hierarquia do valor justo

O grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	Consolidado			
	30/09/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	73.024	-	73.024	-
Aplicações financeiras	634.417	-	634.417	-
Total	707.441	-	707.441	-
Empréstimos e financiamentos	5.154.920	-	5.154.920	-
Debêntures	3.273.041	-	3.273.041	-
Concessão de serviço público	13.419.560	-	13.419.560	-
Total	21.847.521	-	21.847.521	-

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	Consolidado			
	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	196.372	-	196.372	-
Aplicações financeiras	692.939	-	692.939	-
Total	889.311	-	889.311	-
Empréstimos e financiamentos	5.254.612	-	5.254.612	-
Debêntures	3.299.735	-	3.299.735	-
Concessão de serviço público	13.050.981	-	13.050.981	-
Total	21.605.328	-	21.605.328	-

• *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

22. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	86.645	47.083
Capitalização do resultado financeiro	68.245	75.850
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados no ativo intangível	170.305	270.778

23. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

METRÔRIO

Além dos contratos de fornecimento vigentes, o METRÔRIO também possui compromisso relativo à contratação de fornecimento de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A., para o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021, celebrado em 26 de janeiro de 2009. Essa obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

(i) Contratação de montante de energia complementar, suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação dos 19 novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai, para o período entre 2011 e 2015; e

(ii) Contratação do montante de energia elétrica para atender ao consumo total das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário até 31 de dezembro de 2021, após o vencimento do contrato vigente no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015.

Em julho de 2013, foi assinado o contrato de operação e manutenção, firmado entre o METRÔRIO, METROBARRA, Concessionária RIO BARRA (CRB) e o poder concedente (interveniente), onde o METRÔRIO fica incubido de executar a operação da Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens. Tal contrato, regula a operação e manutenção da Linha 4 e define a remuneração do METRÔRIO para este serviço.

CART

O prazo da concessão da CART e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a CART assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos: (i) duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível; (ii) construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários; (iii) construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e

(iv) implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável: pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário.

c) Garantias: (i) garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. (ii) garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento.

d) Recursos financeiros: obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

LAMSA

Abaixo segue uma relação com os principais contratos vigentes, para os quais os valores dos respectivos serviços são contabilizados na medida em que são prestados:

Contratado	Serviço	Valor mensal	Data assinatura	Prazo vigência
Vida UTI	Resgate em ambulâncias	149	01/03/2017	01/03/2021
Arjo	Segurança	11	31/03/2012	Indeterminado
Rizoma Engenharia	Serviços de Limpeza	25	24/04/2017	24/04/2019
Cerbero Prestação	Vigilância Patrimonial	58	31/03/2012	Indeterminado

A LAMSA não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

VIA040

A VIA040 deverá manter, em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

Meta de duplicação	Valor
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

*PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da garantia de execução do contrato está condicionada ao cumprimento as metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A garantia de execução do contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da tarifa básica de pedágio. A VIA040, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da VIA040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes. Em cada uma das frentes são detalhadas as atividades de responsabilidade da VIA040, com a fixação do prazo e das condições para o cumprimento integral do PER.

24. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 7 novembro de 2016, a Companhia divulgou fato relevante ao mercado informando que decidiu descontinuar as operações de sua controlada PEX conforme Nota explicativa nº 1.

Abaixo estão demonstrados os ativos e passivos reclassificados no período:

BALANÇO PATRIMONIAL

PEX

ATIVO	30/09/2017	PASSIVO	30/09/2017
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	2.397	Fornecedores	31
Contas a receber	472	Impostos a recolher	-
Impostos a recuperar	91	Obrigações com empregados e administradores	1
Adiantamentos	1	Adiantamentos de clientes	2.133
Outros	49	Outros	10
Total do ativo circulante	3.010	Total do passivo circulante	2.175
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Parte Relacionada	42	Partes relacionadas	26
		Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciai	61
Total do ativo não circulante	42	Total do passivo não circulante	87
		Total do passivo	2.262
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital social	13.140
		Resultado acumulado	(11.329)
		Resultado do período	(1.021)
		Total do passivo não circulante	790
TOTAL	3.052	TOTAL	3.052

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PEX

	30/09/2017
Receita líquida de serviços	-
Receita de construção	-
	-
Custo de serviços prestados	(366)
Custo de construção	-
Lucro bruto	(366)
Despesas gerais e administrativas	(729)
Outras receitas operacionais	(29)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(1.124)
Receitas financeiras	174
Despesas financeiras	(71)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.021)
Imposto de renda e contribuição social	-
Correntes	-
Diferidos	-
Prejuízo líquido do período	(1.021)

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

INVEPAR

Em 24 de outubro de 2017, a Companhia informou ao mercado que o Conselho de Administração aprovou em 18 de outubro de 2017 a venda de até a totalidade das debêntures da 3ª emissão da Companhia detida por sua subsidiária integral LAMBRA aos acionistas da Companhia. A liquidação da venda de 15.684 debêntures no montante de R$219.270.072,22, que representa 49,9% de sua totalidade, ocorreu em 24 de outubro de 2017. Esta operação visa prover recursos para que a Companhia realize os aportes necessários em suas subsidiárias em virtude de compromissos contratados, viabilizando no curto prazo a continuidade do plano de investimento das subsidiárias e preservação do valor econômico do grupo INVEPAR.

CART

Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS S.A., dando continuidade ao processo arbitral conforme Nota 7, firmaram Termo de Arbitragem para instauração do procedimento arbitral.

GRU AIRPORT

Em 16 de outubro de 2017, GRU AIRPORT realizou o pagamento de juros e amortização dos empréstimos de financiamento de longo prazo no montante de R$26.678, sendo R$18.554 para o BNDES e R$8.124 para os bancos repassadores. Ainda nesta data, GRU AIRPORT realizou o pagamento de juros sobre Debêntures no montante de R$23.144.

Em 31 de outubro de 2017, GRU AIRPORT realizou o pagamento da 5ª parcela da outorga fixa no montante de R$70.579.

INVEPAR APRESENTA NESTE TERCEIRO TRIMESTRE CRESCIMENTO DE 6,7% NA RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA E REGISTRA R$ 542 MILHÕES DE EBITDA AJUSTADO, CRESCIMENTO DE 38% SE COMPARADO COM O TERCEIRO TRIMESTRE DO ANO ANTERIOR

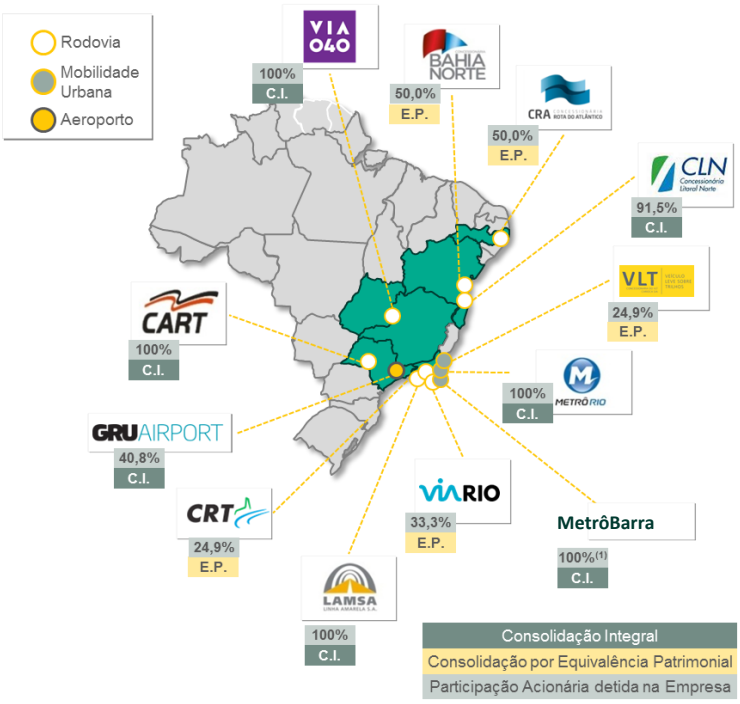
Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2017: Senhores acionistas, a Administração da Invepar – Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete hoje à apreciação do mercado e de seus acionistas as Informações Trimestrais - ITR - relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, acompanhado do relatório de revisão trimestral dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal.

A Invepar apresenta suas Informações Trimestrais - ITR - relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis às operações da Companhia.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados consolidados em relação ao terceiro trimestre de 2016, o acumulado dos nove primeiros meses de 2016 e todos os valores estão em R$ milhões, exceto quando indicado de outra forma.

A seguir a ilustração que demonstra as participações que a Invepar detém nos ativos e o tratamento para efeitos de consolidação dos resultados, distinguindo entre a consolidação integral e a consolidação por equivalência patrimonial:



[1] Através da MetrôBarra, a Invepar tem a opção de comprar 100% das ações da Concessionária Rio Barra SA, que detém os direitos de construir, operar e manter a Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro. O processo de aquisição depende de condições precedentes. Até então, a MetrôBarra (100% subsidiária da Invepar) fornecerá material rodante e sistemas para a Linha 4.

DESTAQUES DO PERÍODO

Rodovias

CRT

- Em setembro/17 a tarifa passou de R$17,10 para R$18,10, aumento de 5,8%, conforme contrato de concessão.

VIA040

- Em julho/17 houve o reajuste tarifário de 10,4%, passando de R$4,80 para R$5,30, conforme contrato de concessão;
- No dia 8 de setembro de 2017, a Companhia solicitou o pedido de adesão ao processo de relicitação proposto pelo Governo Federal nos termos da lei 13.448/2017, sancionada em junho deste ano. A Concessionária adotará as providências necessárias para o cumprimento das condições estabelecidas em lei para o processo de relicitação.

Mobilidade Urbana

MetrôRio

- Em 31 de agosto, iniciou a venda do cartão "Vá de Metrô e Continue de 99", fruto da parceria entre o MetrôRio e a 99, *startup* brasileira de mobilidade urbana. O cartão especial proporciona descontos em viagem de metrô e corridas pelo aplicativo 99. O cliente que adquirir o cartão terá direito a cinco viagens no metrô com desconto e mais cinco descontos promocionais para viagens solicitadas através do APP 99, tendo como origem alguma estação do metrô.
- O festival de música Rock in Rio 2017 ocorreu no mês de setembro durante 7 dias (15, 16, 17, 21, 22, 23 e 24/09). O Metrô foi o transporte público oficial do evento e transportou cerca de 406 mil pessoas na ida e retorno do festival. As principais estações demandadas foram: Siqueira Campos, Botafogo, Cardeal Arcoverde, Antero de Quental, Cantagalo, General Osório, Cinelândia e Largo do Machado. No retorno, a estação Jardim Oceânico ficou aberta para embarque e as demais estações apenas para desembarque.

VLT

- Um ano após o início da operação comercial, o VLT ampliou em 60% a média de passageiros transportados diariamente. De 25 mil usuários em julho de 2016, a média passou para 40 mil pessoas por dia útil no último mês, com picos de 48 mil nos dias de maior movimento. Em Julho trouxe ainda outro marco para a operação do VLT: fora o período olímpico, foi a primeira vez que mais de 1 milhão de pessoas utilizaram o sistema no mesmo mês.
- Após testes no trecho da etapa 3ª, a operação com passageiros está programada para iniciar em outubro.

Aeroportos

GRU Airport

- GRU registrou 1,312 milhão de viajantes internacionais transportados, um recorde desde janeiro de 2015, quando foram transportados 1,295 milhão.
- Foi iniciado o pagamento da outorga fixa de 2017, sendo que o valor total será pago até o final de dezembro/2017.

- A partir de agosto as tarifas foram reajustadas de R$28,63 para R$29,53, aumento de 3,1%, para embarque doméstico e de R$111,37 para R$114,97, representando 3,2% de aumento, para embarque internacional.
- A JCDecaux SA líder mundial em comunicação exterior, assinou contrato de exclusividade de publicidade com GRU Airport por um período de 10 anos, sendo a responsável pela operação de publicidade nos três terminais e nas vias de acesso do aeroporto.
- Foi firmado um acordo com a UBER para oferecer uma melhor experiência aos usuários.
- Foi autorizada pela ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), em 19/09/2017, a possibilidade de antecipação do pagamento de R$ 319,7 milhões do valor da outorga fixa de 2018. No caso da antecipação, serão pagos mais R$ 171,3 milhões, em 2018, e o saldo restante no último ano do contrato de concessão, em 2032, conforme postergação definida na Portaria 135/17 e pela MP 779/17.

INDICADORES OPERACIONAIS

RODOVIAS

Indicadores Operacionais	3T16	3T17	▲	9M16	9M17	▲
Rodovias (MM)						
Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs	**76,1**	**60,7**	**-20,2%**	**224,5**	**175,4**	**-21,9%**
Veículos leves	39,5	31,5	-20,1%	117,5	93,6	-20,4%
Veículos pesados	36,6	29,2	-20,3%	107,0	81,8	-23,6%
Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs Comparáveis[1]	**57,2**	**56,8**	**-0,8%**	**170,8**	**164,3**	**-3,8%**
Veículos leves Comparáveis[1]	28,4	28,0	-1,5%	86,5	83,5	-3,4%
Veículos pesados Comparáveis[1]	28,8	28,8	0,0%	84,3	80,8	-4,2%

[1]Comparáveis - exclusão da LAMSAC (venda em nov/16) e ViaRio (início arrecadação em ago/16)

(1) Exclusão dos números de LAMSAC em função de sua venda e exclusão dos números da ViaRio que teve início da arrecadação em ago/16.

O tráfego consolidado no terceiro trimestre atingiu 60,7 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um decréscimo de 20,2% em relação ao período anterior, influenciado principalmente pela venda da via expressa urbana LAMSAC, em Lima/Peru: redução em média de 199 mil VEPs por dia, equivalente a 23,6% do total de VEPs de 3T16.

Para uma melhor comparação dos VEPs no segmento de Rodovias, foram excluídos os números da LAMSAC e da ViaRio, dado o seu início de arrecadação em agosto de 2016. Em bases comparáveis, a variação do total de VEPs no 3T17 comparado a 3T16 foi reduzida em 0,8%, redução impactada principalmente pela retração econômica.

MOBILIDADE URBANA

Indicadores Operacionais	3T16	3T17	▲	9M16	9M17	▲
Mobilidade Urbana (MM)						
Passageiros Transportados	69,1	66,6	-3,7%	192,0	193,1	0,6%
Passageiros Pagantes	61,8	59,2	-4,3%	172,7	171,9	-0,5%
Relação Pagantes / Transportados	0,9	0,9	-0,7%	0,9	0,9	-1,0%
Passageiros Comparáveis[2]						
Passageiros Transportados - Comparáveis[2]	63,5	51,7	-18,5%	186,2	154,5	-17,1%
Passageiros Pagantes - Comparáveis[2]	57,1	45,8	-19,7%	167,9	137,3	-18,3%

(2) Exclusão dos números do VLT Carioca e da Linha 4.

O segmento de Mobilidade Urbana atingiu 59,2 milhões de passageiros pagantes no 3T17, uma redução de 4,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para uma melhor comparação da variação dos passageiros pagantes com o ano anterior, foram excluídos os números do VLT Carioca e da Linha 4. Em bases comparáveis a queda de passageiros pagantes foi de 19,7%. Essa redução deveu-se, principalmente a:

- Crise econômica já instalada no país, sendo que a cidade do Rio de Janeiro teve um impacto mais perceptível após o término dos jogos olímpicos e paralímpicos.
- Finalização das obras viárias que melhorou o trânsito da cidade, reduzindo o tempo de viagem em outros modais como ônibus e carros particulares;

AEROPORTOS

Indicadores Operacionais	3T16	3T17	▲	9M16	9M17	▲
Aeroportos						
Passageiros Total (MM)	**9,3**	**9,9**	**5,6%**	**27,4**	**28,0**	**2,2%**
Internacional	3,5	3,7	4,9%	10,1	10,5	3,5%
Doméstico	5,8	6,2	6,0%	17,3	17,5	0,8%
Movimento total de Aeronaves (Mil)	**66,8**	**68,5**	**2,6%**	**201,8**	**196,6**	**-2,6%**
Internacional	18,8	19,2	2,2%	56,3	55,0	-2,3%
Doméstico	48,0	49,3	2,8%	145,5	141,6	-2,7%
Carga Total (Mil toneladas)	**61,6**	**74,8**	**21,4%**	**183,1**	**208,8**	**14,0%**

O tráfego de passageiros em GRU Airport foi de 9,9 milhões no 3T17, apresentando um aumento de 5,6% em relação ao período anterior. A seguir o detalhamento das variações:

Passageiros: aumento de 6,0% de passageiros domésticos pode ser explicada principalmente pelas novas rotas de empresas aéreas e o aumento de voos para a região sul. Com relação aos passageiros internacionais o aumento de 4,9% ocorreu devido ao maior número de rotas.

Movimento de Aeronaves: aumento de 2,6% comparado a 3T16. As companhias aéreas estão otimizando as frequências dos voos e o número de oferta de assentos, gerando assim maior ganho de produtividade e aumento da taxa de ocupação por aeronave.

Cargas: as movimentações de cargas, que consolida importação e exportação, aumentaram em 21,4% no 3T17 comparado ao mesmo período do ano anterior, influenciada principalmente pelo aumento nas importações nos segmentos: automotivo, máquinas e têxtil. Aumento também da frequência de voos cargueiros além do início da operação de novas companhias.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

RECEITA OPERACIONAL

A Receita Líquida Ajustada atingiu R$ 958,3 milhões no 3T17, um crescimento de 6,7% em relação ao apurado no mesmo período de 2016.

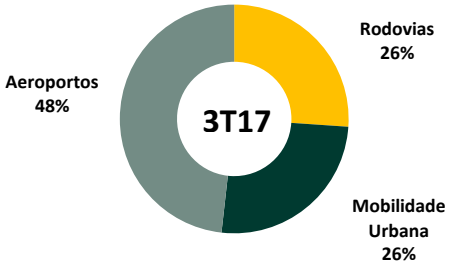
R$ MM	3T16	3T17	▲	9M16	9M17	▲
Receita Líquida Ajustada[1]	**897,9**	**958,3**	**6,7%**	**2.560,6**	**2.711,4**	**5,9%**
Receita de Rodovias	228,6	250,0	9,4%	663,0	692,8	4,5%
Receita de Mobilidade Urbana	242,9	246,1	1,3%	674,9	724,7	7,4%
Receita de Aeroportos	426,4	462,1	8,4%	1.222,6	1.293,9	5,8%

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Nota 1: As Receitas, Custos e Despesas e EBITDA não consideram os resultados de LAMSAC em 2016, visto que em 21 de janeiro de 2016 a Invepar divulgou ao mercado a contratação de assessores para análise de oportunidades e alternativas de alienação de investimentos, em especial a LAMSAC. A administração classificou o ativo como disponível para venda e o resultado de suas operações foi desconsolidado e apresentado na DRE como "Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas".

Nota 2: A Via Rio é consolidada nos Resultados da Invepar por Equivalência Patrimonial, não sendo contabilizado nas linhas de Receitas, Despesas e EBITDA.

Composição da Receita Líquida Ajustada



Os principais impactos foram:

Rodovias: aumento de R$ 21,4 milhões (+9,4%) em relação à 3T16, principalmente pelos reajustes tarifários ocorridos na LAMSA e CART.

Mobilidade Urbana: atingiu R$ 246,1 milhões no 3T17 (+1,3%). Neste segmento, o MetrôRio apura receita tarifária da concessão das Linhas 1 e 2 e a MetrôBarra apura receita da locação dos trens e sistemas utilizados na operação da Linha 4.

Aeroportos: crescimento de R$ 35,7 milhões (+8,4%) em relação ao ano anterior, impactado principalmente pelo (a):

- o crescimento do número de passageiros internacionais, que possui maior valor médio de tarifa e maior valor médio de consumo no aeroporto;
- a mudança no critério de cobrança dos transportes de valores (transporte de papel moeda) onde passou a ser cobrado pelo valor da carga (CIF - custo, seguro e frete) e não por seu peso;
- maior tempo de permanência das aeronaves frente ao mesmo período do ano anterior, tem como principal impacto a alteração na legislação para cobrança da permanência, em vigor desde 21/08/2017, além da mudança do perfil para aeronaves maiores, com maior peso médio.

CUSTOS E DESPESAS

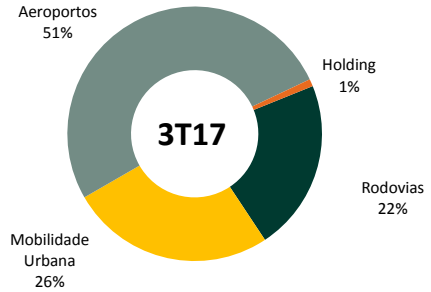
No 3T17, os Custos e Despesas Operacionais Ajustados apresentaram uma redução de 2,8% em relação ao 3T16, atingindo R$ 692,6 milhões.

R$ MM	3T16	3T17	▲	9M16	9M17	▲
Custos & Despesas Operacionais	**(811,0)**	**(803,2)**	**-1,0%**	**(2.482,9)**	**(2.363,1)**	**-4,8%**
Pessoal	(175,8)	(149,4)	-15,0%	(468,6)	(466,3)	-0,5%
Conservação & Manutenção	(67,6)	(67,0)	-0,9%	(201,9)	(191,0)	-5,4%
Operacionais	(101,9)	(90,7)	-11,0%	(309,4)	(281,9)	-8,9%
Outorga Variável	(48,9)	(53,0)	8,5%	(140,7)	(148,4)	5,5%
Despesas Administrativas	(50,7)	(49,7)	-1,9%	(141,5)	(163,8)	15,8%
Custo de Construção (IFRS)	(96,1)	(105,8)	10,0%	(415,4)	(252,8)	-39,1%
Provisão para Manutenção (IFRS)	(2,6)	(5,9)	126,6%	(7,0)	(17,5)	150,3%
Depreciação & Amortização	(267,5)	(281,6)	5,3%	(798,4)	(841,5)	5,4%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados[1]	**(712,4)**	**(691,5)**	**-2,9%**	**(2.060,5)**	**(2.092,8)**	**1,6%**

(1) Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.
Nota 1: As Receitas, Custos e Despesas e EBITDA não consideram os resultados de LAMSAC em 2016, visto que em 21 de janeiro de 2016 a Invepar divulgou ao mercado a contratação de assessores para análise de oportunidades e alternativas de alienação de investimentos, em especial a LAMSAC. A administração classificou o ativo como disponível para venda e o resultado de suas operações foi desconsolidado e apresentado na DRE como "Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas".
Nota 2: A Via Rio é consolidada nos Resultados da Invepar por Equivalência Patrimonial, não sendo contabilizado nas linhas de Receitas, Despesas e EBITDA.

A redução de R$ 20,8 milhões dos custos e despesas operacionais ajustados nos números consolidados em relação ao 3T16 pode ser explicada principalmente pela redução de R$ 26,4 milhões nos gastos com pessoal, em linha com o projeto de reestruturação da Companhia, além da redução de 11% nas despesas operacionais. Analisando por segmento, temos os seguintes fatores:

Composição dos Custos e Despesas Ajustados



Rodovias: acréscimo de R$ 10,2 milhões no 3T17 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação pode ser explicada principalmente pelo aumento nos gastos com conservação e manutenção e despesas administrativas da Via040, que totalizou R$ 4,7 milhões.

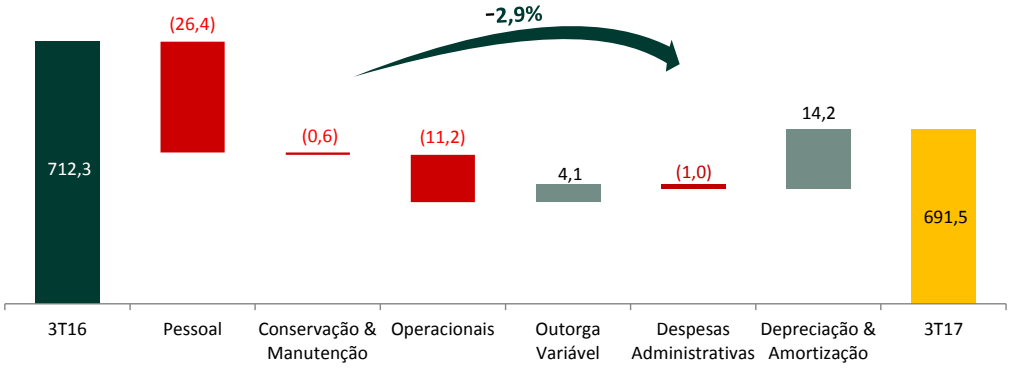
Mobilidade Urbana: redução de R$ 8,0 milhões comparado ao 3T16, devido especialmente a reestruturação do quadro de pessoal operacional e administrativo da Companhia e redução com custos operacionais devido ao aluguel de trens da Metrobarra pago no 3T16.

Aeroportos: decréscimo de R$ 8,9 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, relacionado principalmente a:

- redução de 47,4% nos gastos com energia elétrica devido ao contrato de compra de energia no mercado livre a partir de setembro de 2016; e
- diminuição nos gastos com pessoal devido ao processo de reestruturação organizacional e o contingenciamento de posições.
- ações de redução e contingenciamento na contratação de assessorias, consultorias e auditorias.

Holding e ajustes para consolidação: redução de R$ 14,1 milhões em relação ao 3T16 principalmente devido à redução dos gastos com despesas administrativas.

Variação dos Custos e Despesas no 3T17



EBITDA E MARGEM EBITDA

R$ MM	3T16	3T17	▲	9M16	9M17	▲
Equivalência Patrimonial	**(61,4)**	**(6,6)**	**-89,2%**	**(77,0)**	**(15,0)**	**-80,5%**
EBIT	**122,7**	**255,2**	**108,0%**	**421,5**	**588,2**	**39,6%**
(+) Depreciação & Amortização	267,5	281,6	5,3%	798,4	841,5	5,4%
EBITDA[1]	**390,2**	**536,8**	**37,6%**	**1.219,9**	**1.429,7**	**17,2%**
Ajustes	**1,5**	**4,9**	**223,2%**	**1,6**	**15,3**	**875,2%**
(-) Receita de Construção (IFRS)	(97,2)	(106,8)	9,8%	(420,9)	(255,0)	-39,4%
(+) Custo de Construção (IFRS)	96,1	105,8	10,0%	415,4	252,8	-39,1%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	2,6	5,9	126,6%	7,0	17,5	150,3%
EBITDA Ajustado[2]	**391,7**	**541,8**	**38,3%**	**1.221,4**	**1.445,1**	**18,3%**
Receita Líquida Ajustada[2]	**897,9**	**958,3**	**6,7%**	**2.560,6**	**2.711,4**	**5,9%**
Margem EBITDA (%) Ajustada[2]	**43,6%**	**56,5%**	**13,0 p.p.**	**47,7%**	**53,3%**	**5,5 p.p.**

[1] Instrução CVM Nº527/12;
[2] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e a Provisão para Manutenção;
Nota 1: As Receitas, Custos e Despesas e EBITDA não consideram os resultados de LAMSAC em 2016, visto que em 21 de janeiro de 2016 a Invepar divulgou ao mercado a contratação de assessores para análise de oportunidades e alternativas de alienação de investimentos, em especial a LAMSAC. A administração classificou o ativo como disponível para venda e o resultado de suas operações foi desconsolidado e apresentado na DRE como "Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas".
Nota 2: A Via Rio é consolidada nos Resultados da Invepar por Equivalência Patrimonial, não sendo contabilizado nas linhas de Receitas, Despesas e EBITDA.

EBITDA Ajustado totalizou R$ 541,8 milhões no 3T17 (+38,3%) e a margem EBITDA Ajustada atingiu 56,6% (+13,0 p.p.) comparado ao mesmo período do ano anterior. Os principais fatores foram:

Rodovias: acréscimo de R$ 16,2 milhões (+12,7%) principalmente pelo aumento da receita devido a reajustes tarifários, melhorando o resultado operacional.

Mobilidade Urbana: acréscimo de R$ 18,9 milhões (+20,4%) impactado principalmente pela redução nos custos e despesas operacionais ajustados aliado a um aumento da receita líquida em função do reajuste tarifário.

Aeroportos: aumento de R$ 52,5 milhões (+21,4%), com a forte redução nos custos e despesas com diversos ajustes em contratos de serviços como limpeza e energia elétrica, redução nos gastos com pessoal devido ao processo de reestruturação aliado a um aumento no número de passageiros, principalmente os internacionais, que possuem maior valor médio de tarifa e consumo no aeroporto.

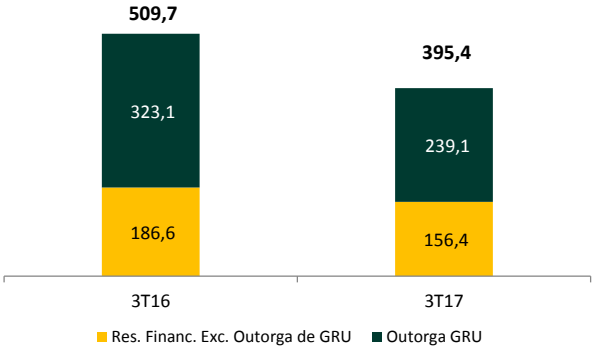
R$ MM	3T16	3T17	▲	9M16	9M17	▲
EBITDA Ajustado[1]	**391,7**	**541,8**	**38,3%**	**1.221,4**	**1.445,1**	**18,3%**
Rodovias	127,1	143,3	12,7%	352,3	382,9	8,7%
Mobilidade Urbana	92,7	111,6	20,4%	281,9	286,0	1,4%
Aeroportos	245,9	298,5	21,4%	695,5	818,2	17,6%
Holding[2]	(74,0)	(11,6)	-84,4%	(108,3)	(42,0)	-61,2%

%	3T16	3T17	▲	9M16	9M17	▲
Margem EBITDA Ajustado[1]	**43,6%**	**56,5%**	**12,9 p.p.**	**47,7%**	**53,3%**	**5,6 p.p.**
Rodovias	55,6%	57,3%	1,7 p.p.	53,1%	55,3%	2,1 p.p.
Mobilidade Urbana	38,2%	45,3%	7,2 p.p.	41,8%	39,5%	-2,3 p.p.
Aeroportos	57,7%	64,6%	6,9 p.p.	56,9%	63,2%	6,3 p.p.
Holding[2]	n.m.	n.m.	n.m.	n.m.	n.m.	n.m.

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e a Provisão para Manutenção;
[2] Considera os resultados da Holding e as eliminações para consolidação dos resultados;
Nota 1: As Receitas, Custos e Despesas e EBITDA não consideram os resultados de LAMSAC em 2016, visto que em 21 de janeiro de 2016 a Invepar divulgou ao mercado a contratação de assessores para análise de oportunidades e alternativas de alienação de investimentos, em especial a LAMSAC. A administração classificou o ativo como disponível para venda e o resultado de suas operações foi desconsolidado e apresentado na DRE como "Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas".
Nota 2: A Via Rio é consolidada nos Resultados da Invepar por Equivalência Patrimonial, não sendo contabilizado nas linhas de Receitas, Despesas e EBITDA.

Resultado Financeiro

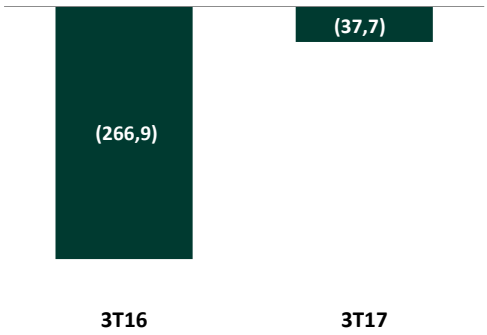
A despesa financeira líquida no 3T17 totalizou R$ 395,4 milhões representando uma redução de R$ 114,3 milhões em relação à 3T16.



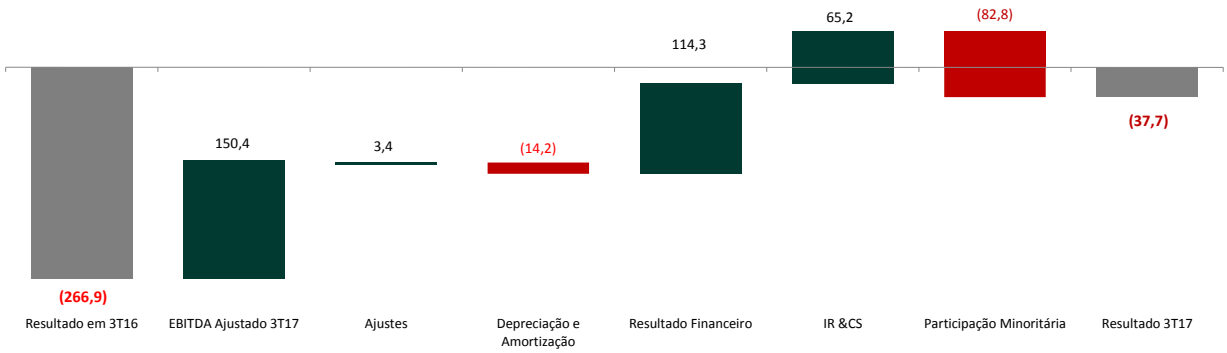
A outorga fixa de GRU Airport representou R$ 156,4 milhões do resultado financeiro total, ou seja, 40% da despesa financeira. A parcela restante do resultado financeiro representou R$ 239,1 milhões em 3T17 *versus* R$ 323,1 milhões em 3T16. A redução no resultado líquido entre os períodos analisados ocorreu em função da queda dos índices que incidem nos juros e correção monetária de empréstimos contraídos para fazer face ao plano de investimentos das empresas.

Resultado do Exercício

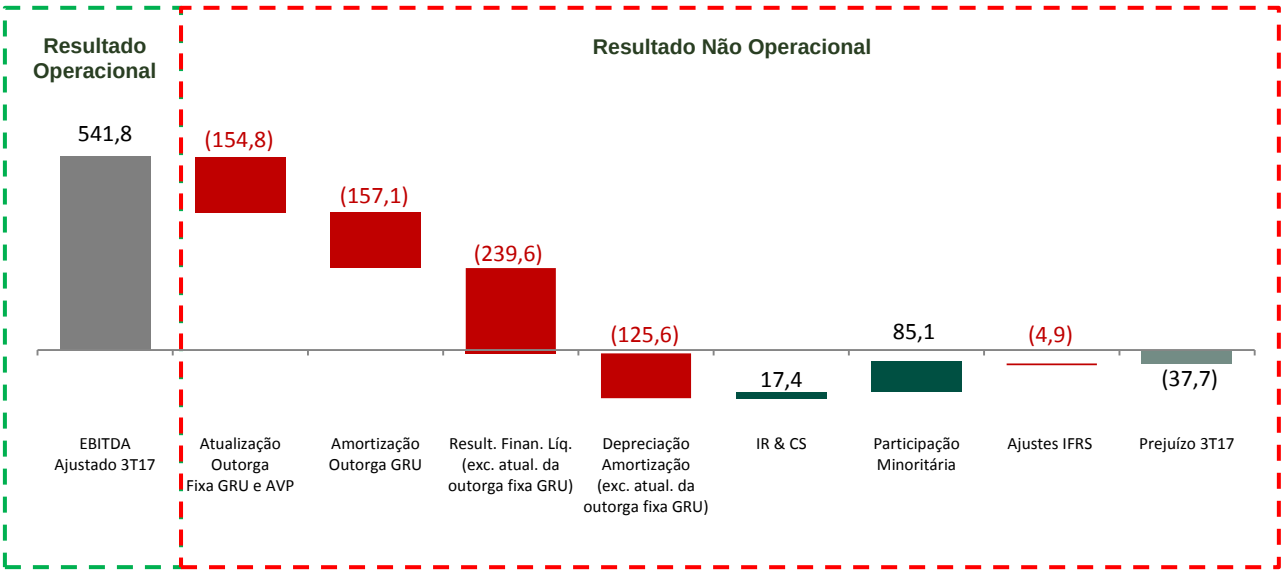
O resultado de 3T17 foi 85,9% melhor em relação ao 3T16. Os R$ 37,7 milhões negativos foram impactados pela redução das despesas financeiras, principalmente devido à queda do IPCA, índice que impacta a outorga fixa de GRU, e a quitação parcial da debênture da Invepar em dezembro/16.



A seguir as variações das principais contas que explicam a melhora do resultado:

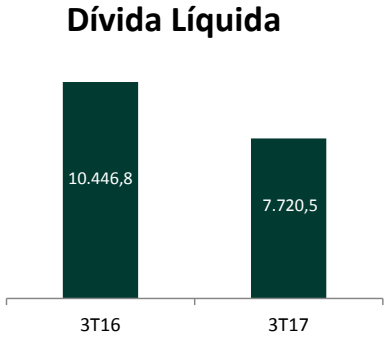


Conforme pode ser verificado no gráfico, o resultado líquido negativo foi consequência de efeitos não operacionais, alguns deles não gerando efeito caixa.



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Consolidado R$ MM	3T16	3T17	▲
Dívida Bruta	**11.192,5**	**8.428,0**	**-24,7%**
Curto Prazo	1.644,7	1.984,3	20,6%
Longo Prazo	9.547,8	6.443,7	-32,5%
Disponibilidades	**745,8**	**707,4**	**-5,1%**
Caixa e equivalentes de caixa	205,5	73,0	-64,5%
Aplicações Financeiras	540,3	634,4	17,4%
Dívida Líquida	**10.446,8**	**7.720,5**	**-26,1%**



A dívida bruta consolidada da Companhia atingiu R$ 8,4 bilhões no 3T17, representando uma redução de R$ 2,8 bilhões (-24,7%) em relação ao mesmo período do ano anterior. O montante da dívida com

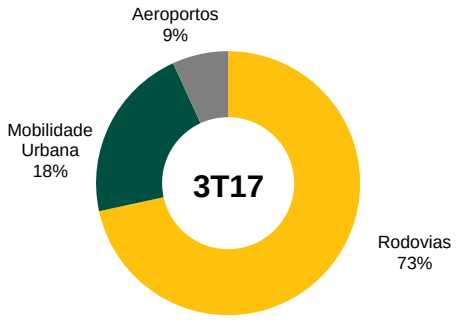
vencimento no longo prazo representou 76%. A redução aconteceu devido à venda da LAMSAC e a quitação parcial da 3ª Emissão das Debêntures da Invepar.

O grupo Invepar encerrou o 3T17 com saldo de caixa e aplicações financeiras no total de R$ 707,4 milhões. A redução no saldo da dívida ocorreu devido à venda da LAMSAC em dezembro de 2016 e a respectiva entrada de recursos.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

No 3T17, os investimentos totalizaram R$ 155,0 milhões, dos quais R$ 112,9 milhões em Rodovias, R$ 28,6 milhões em Mobilidade Urbana e R$ 13,5 milhões em Aeroportos.

R$ MM	3T17
Rodovias	**112,9**
LAMSA	5,1
CLN	-
CART	70,7
Via 040	37,1
Mobilidade Urbana	**28,6**
MetrôRio	11,9
Metro Barra	16,7
Aeroportos	**13,5**
GRU Airport	13,5
Holding	**-**
Total Investido [1]	**155,0**
Capitalização do Resultado Financeiro	13,0
Outros Efeitos Não Caixa [2]	16,1
Margem de Construção	1,0



Notas:

[1] Investimento apresentado sob a ótica de competência, excluindo o pagamento da outorga fixa de GRU Airport, assim como outros efeitos não caixa para aproximar ao máximo do investimento financeiro.

[2] Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidado, impactado principalmente por: Via 040, MetroBarra e Gru Airport.

CART: execução de obras de duplicação e de melhorias no sistema viário.

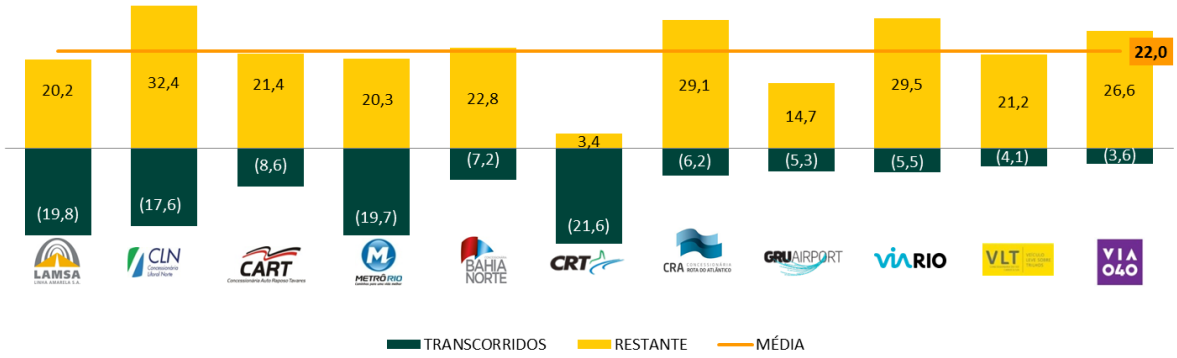
Via 040: obras recomposição e fresagem do pavimento.

MetrôRio: automatismo para alternância de trens na Zona de Manobra da Pavuna.

GRU Airport: recapeamento da pista.

ENTENDENDO O SETOR DE INFRAESTRUTURA

A Invepar é um grupo de infraestrutura com empresas com grande prazo remanescente de concessão e sua carteira apresenta um prazo médio de 22,0 anos em 30/09/2017. Este indicador mostra que na média as concessões da Invepar são novas, e por conta disto passaram por um período de fortes investimentos e, neste momento, estão em fase de redução dos investimentos.



Durante o período inicial de investimentos, é esperado que as Concessões apresentem resultados negativos até que se atinja a maturidade dos seus investimentos. Esse padrão é natural para o estágio inicial em que grande parte das concessões da Invepar se encontram. Este é o comportamento típico em projetos de infraestrutura, em que no início há geração de caixa negativa e com a maturidade das operações os resultados operacionais são crescentes e possuem pouca volatilidade (conhecido como curva J, onde nos anos iniciais de grandes investimentos são esperados resultados negativos que são compensados por resultados crescentes ao longo da concessão).

EVENTOS SUBSEQUENTES

Metrô

- Desde 1 de outubro, os clientes passaram a pagar R$ 6,20 para usar os dois meios de transporte, utilizando qualquer cartão RioCard cadastrado, com intervalo de até duas horas entre a conexão. A redução no valor da passagem está sendo concedida apenas pelo MetrôRio e não envolve subsídio público. As estações de metrô que fazem integração com os ônibus BRT são Jardim Oceânico (Linha 4), na Barra da Tijuca, e Vicente de Carvalho (Linha 2), na Zona Norte.
- A partir de 20 de outubro, a tarifa para embarque depois de 22h será de R$ 3,00 no cartão pré pago da Concessionária. A promoção vai até 21 de janeiro do ano que vem.
- O Metrô passou a aceitar pagamentos em cartões de crédito e débito nas máquinas de autoatendimento. A recarga pode ser realizada em qualquer uma das 41 estações.

CART

- Em 11 de outubro, a CART oficializou a entrega das obras de duplicação da SP-225. A inauguração dos 37 km de trecho duplicado incluem a construção de duas faixas de rolamento, acostamento, sistema de drenagem, sinalização horizontal e vertical, obras complementares e canteiro central e alguns pontos com new jersey (mureta) para separar o

fluxo de veículos nos dois sentidos da rodovia. O trecho também será monitorado 24h por meio das câmeras interligadas ao CCO – Centro de Controle Operacional da CART.

VLT

- Em 21 de outubro, o VLT inaugurou a Estação Central e completou o traçado previsto para a Linha 2. A última estação aberta no trajeto entre a Rodoviária e Praça Quinze, é considerada estratégica para o sistema.